

*Paula Belbut*  
*J.*

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM  
VINTE E NOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E QUINZE**

--- Aos vinte e nove de junho de dois mil e quinze reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas dez horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, estando ainda presentes Paula Cristina Mourinho Belbut Gonçalves e Nélia Maria Gouveia Vieira Aguiar, como Primeira e Segunda Secretárias, bem como os seguintes Deputados Municipais:-----

--- **Grupo Municipal Mudança** - António José Gouveia Gomes (PS), Carlos Alejandro da Câmara Figueira (PTP); Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira (PS); Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar (PS); Guida Maria Barcelos Martins (PS); Guida Maria Vieira Martins (BE); Guido Marcelino Mendonça Gomes (PS); João Valdemar Berenguer (PTP); José Gabriel Pereira Oliveira; José Juvenal Nunes Rodrigues (PS); Manuel Nélio Vicente Pereira (PS); Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira (PS); Roberto Paulo Ferreira Vieira (MPT); Sérgio Juvenal de Jesus Abreu (PS). -----

--- **Grupo Municipal do CDS/PP** – Américo João da Silva Dias; Gonçalo Nuno Pimenta Camacho; Lino Ricardo Silva Abreu; Luís Gonçalo Pereira Carolino -----

--- **Grupo Municipal do PCP/PEV** – Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues; Herlanda Maria Gouveia Amado e José Carlos Rodrigues Ferreira. -----

--- **Grupo Municipal do PPD/PSD** – Ana Patrícia Correia Brazão de Castro; António Domingos de Sousa Abreu; Carlos Miguel Encarnação Gonçalves; Gustavo de Assis Soares Coelho; José António Freitas Rodrigues; José Jorge Andrade Camacho; Luís Miguel Moura Sousa; Maria Elisabete Mendonça Andrade; Maria Idalina Fernandes Silva; Marisa Maria Pereira dos Santos e Costa; Pedro José Jardim Gomes; Pedro Miguel Abreu Santos Gouveia; Raquel João Martins da Silva; Rui Alberto Garanito Santos; Rui Nuno Barros Cortez e Sílvia Marlene Pereira Rodrigues. -----

--- **Grupo Municipal do PND** – Ana Patrícia da Silva Oliveira; Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar; Donato Paulo Vares Macedo. -----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, e dos Senhores Vereadores: Domingos Manuel Martins Rodrigues, Idalina Perestrelo Luís, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Bruno Miguel Camacho Pereira, João José Nascimento Rodrigues, José Manuel Sousa Rodrigues, Paulo Alexandre Atougua Aveiro e Vanda Maria de Fátima de Sousa França Correia de Jesus. -----

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal. -----

--- **Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** abriu a sessão, dando conhecimento do seguinte expediente: -----

**1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO:** -----

**1.1. A Deputada Municipal Micaela Gomes Camacho,** eleito pela Coligação Mudança, indicada pelo PS, foi substituída pelo Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu. ---

**1.2. O Deputado Municipal Edgar Gomes Silva,** eleito pelo PCP/PEV, foi substituído por José Carlos Rodrigues Ferreira. -----

**1.3. A Deputada Municipal Rosa Maria Lopes Cravidão Gouveia de Oliveira,** eleita pelo PPD/PSD, foi substituída por Ana Patrícia Correia Brazão de Castro. -----

**1.4. O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues,** eleito pelo PPD/PSD, foi substituído por Gustavo de Assis Soares Coelho. -----

**1.5. O Deputado Municipal Marco Alexandre Ribeiro Pereira Fernandes,** eleito pelo PPD/PSD, foi substituído por Sílvia Marlene Pereira Rodrigues. -----

**1.6. O Deputado Municipal Carlos Alberto de Freitas Andrade,** eleito pelo PPD/PSD, foi substituído por José Jorge Andrade Camacho. -----



**1.7. A Deputada Municipal Filomena Maria Teixeira Gonçalves, eleita pelo CDS/PP, foi substituída por Luís Gonçalo Pereira Carolino. -----**

**2. RENÚNCIA DE MANDATO: -----**

**2.1. O Deputado Municipal Jorge Manuel Morais da Silva Reis, eleito pelo PCP/PEV, solicitou a renúncia de mandato, sendo substituído pelo Deputado Municipal Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues. -----**

**3. CESSAÇÃO DA SUSPENSÃO: -----**

**3.1. O Deputado Municipal Alberto Rufino Fernandes Casimiro, eleito pelo PPD/PSD, cessou a suspensão de mandato. -----**

**3.2. O Deputado Municipal Francisco Manuel Freitas Gomes, eleito pelo PPD/PSD, cessou a suspensão de mandato. -----**

**4. O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a ata da reunião de vinte e seis de novembro de dois mil e catorze (continuação da sessão ordinária de vinte e quatro de novembro de dois mil e catorze), e a ata da sessão extraordinária de dezanove de dezembro de dois mil e catorze, as quais foram aprovadas por maioria com uma abstenção do PCP/PEV. -----**

**5. EXPEDIENTE:-----**

**5.1. Convites enviados ao Presidente da Assembleia: -----**

- No âmbito das comemorações do Dia da Europa a Senhora Eurodeputada Dra. Lílíana Rodrigues enviou um convite, para a inauguração do Gabinete Europeu na Madeira, que se realizou no dia nove de maio de dois mil e quinze. -----

- No âmbito das Comemorações do Dia da Zona Militar da Madeira, o Senhor General Chefe do Estado-Maior do Exército e o Senhor Major-General Comandante da Zona Militar da Madeira enviaram os seguintes convites: -----

Conferência "NINGUÉM É UMA ILHA – Novíssimos desafios de segurança para as

regiões insulares. O caso da Madeira e mais além”, que se realizou no dia onze de maio de dois mil e quinze. -----

- Concerto da Banda Militar da Madeira, que se realizou no dia onze de maio de dois mil e quinze. -----
- Cerimónia Militar Comemorativa do Dia da Zona Militar da Madeira, que se realizou no dia doze de maio de dois mil e quinze. -----

- No âmbito das comemorações do 43º aniversário da APPACDM de Viana do Castelo, o Presidente da referida Associação enviou um convite para a Sessão Solene, para o Seminário “INCLUSÃO” e para o Lançamento do livro “PARA UMA EDUCAÇÃO COM ARTE...”, que se realizou no dia treze de maio de dois mil e quinze. -----

- Carlos Pereira enviou um convite o lançamento do livro “A HERANÇA”, que se realizou no dia catorze de maio de dois mil e quinze. -----

- No âmbito das comemorações do DIA INTERNACIONAL DOS MUSEUS o Museu Henrique e Francisco Franco, enviou um convite para a inauguração temporária da série de desenhos de Henrique Franco “Tipos Madeirenses”, que se realizou no dia dezoito de maio de dois mil e quinze. -----

- O Senhor Secretário-geral da APMCH – Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico e o Município de Ponte de Lima, enviaram um convite para a “I Convenção Nacional do Património Histórico-Cultural”, que se realizou no dia vinte de maio de dois mil e quinze. -----

- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo António enviou os seguintes convites: -----

- Inauguração da exposição fotográfica SOBREVIVENDO, que se realizou no dia três de junho de dois mil e quinze. -----
- XVII Desfile/Concurso de Marchas Populares, que se realizou no dia doze de junho

*Paulo Baltar*

de dois mil e quinze. -----

- Sua Excelência Reverendíssima o Bispo do Funchal enviou um convite, para participação na solene Eucaristia, seguida de procissão, por ocasião da Solenidade do Corpo de Deus, que se realizou no dia sete de junho de dois mil e quinze. -----

- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro enviou um convite, para participar nas Marchas de São João da Ribeira, que se realizou no dia vinte e três de junho de dois mil e quinze. -----

- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Santa Cruz enviou um convite, para a Sessão Solene comemorativa do Dia do Concelho, que se realizou no dia vinte e cinco de junho de dois mil e quinze. -----

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal do Funchal enviou um convite, para o descerramento da placa de Homenagem, na Rotunda Comendador Paulo Martinho Martins, que se realizou no dia vinte e sete de junho de dois mil e quinze. -----

- O Consulado General da República Bolivariana da Venezuela no Funchal enviou um convite, para a Comemoração do 204º Aniversário da Independência da República Bolivariana de Venezuela, que se realizará no dia três de julho de dois mil e quinze. -----

- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Porto Moniz enviou um convite, para a III Reunião de Presidentes de Assembleia Municipal da RAM, que terá lugar no dia onze de julho de dois mil e quinze. -----

**6. Pedido de esclarecimento do PCP/PEV sobre:** -----

- Situação da inscrição para habitação de: Maria José Abreu Agrela, Maria Eugénia da Silva Henriques, Emanuel de Freitas Maio, Maria Adelina Sousa Diniz. -----

- Pedido de peritagem às condições de segurança referente à habitação de Teresa Maria Silva Nunes. -----

- Rutura da manilha da rede de esgotos, no Caminho do Laranjal, frente ao nº 42. -----
- Autorização para a realização de obras de recuperação de moradia, situada à Travessa da Alegria, nº 5 – São Roque. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -

**1. O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD** referindo-se sobre o Concurso das Lojas do Mercado Municipal dos Lavradores, colocou as seguintes questões: -----

- Se os dois espaços referidos no concurso que atualmente são postos de venda, não eram para lojas mas para espaços de exposição, e se irão manter-se como espaços de venda de produtos agrícolas? -----

**2. O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP** questionou o Senhor Presidente da Câmara se já está agendada uma reunião com o Presidente do Governo Regional da Madeira, e se irá levar os dossiers mais relevantes ao mesmo, tais como: o valor do IRS que é da Autarquia, a questão de estarem definidos pilares estratégicos do PDM, a falta de segurança da Praia Formosa, os Horários do Funchal, entre outros? -----

**3. O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM** começou por congratular-se com a denominação da Rotunda “Paulo Martinho Martins”. -----  
De seguida salientou que a iniciativa de âmbito cultural, “Funchal Jazz”, este ano custou menos de um terço dos anos anteriores. -----  
Aplaudiu também uma outra iniciativa inserida nesse âmbito denominada “Fica na Cidade”.  
Uma Cidade, que infelizmente devido à conjuntura económica e às políticas de quarenta anos, tem a realidade de nalgumas ruas as montras estarem forradas a papel porque as empresas faliram, criando desemprego, fome e algumas bolsas de pobreza na região. ----



Por isso, o “Fica na Cidade” veio dinamizar o comércio, ajudando alguns comerciantes que hoje vivem momentos muito difíceis, e a dar vida à Cidade do Funchal que se quer a capital da região e cada vez mais europeia. -----

Destacou também as seguintes matérias: -----

- O PRESERVA que veio ajudar muitas famílias a recuperar as suas habitações. -----
  - O apoio à Natalidade. -----
  - A redução do IMI para as famílias numerosas. -----
  - A nova dinâmica que o Complexo Balnear do Lido terá ao abrir as suas portas brevemente.
  - A reparação da Estrada do Poço Barral e a ligação do Paiol. -----
  - O Mercado Municipal da Penteada que num passado recente era um mercado fantasma, completamente vazio e sem qualquer atividade, neste momento dinamizou-se com a abertura de um outro espaço comercial de uma outra área, oferecendo a todos os moradores da freguesia e das freguesias limítrofes, mais serviços e a venda de produtos mais baratos. E crescerá porque, como é sabido, existe um plano mais ambicioso da sua dinamização para que satisfaça quer os comerciantes, quer o tecido social local, quer os moradores. -----
  - Embora a Câmara tenha vindo a fazer um saneamento financeiro, os Programas Sociais têm sido uma aposta e há medidas que estão a dar os seus frutos e que poderão ser alargadas e melhoradas. -----
  - O Orçamento Participativo na sua opinião tem sido muito desvalorizado, e considera que este, sem dúvida, é uma coluna vertebral de um sistema democrático mais próximo dos cidadãos, que não se fica somente pelos meros discursos mas também por uma praxis em envolver os cidadãos, dando-lhes a palavra, fazendo-os parte da gestão da coisa pública e demonstrando que a população deverá de ser ouvida de uma forma verdadeira e real. ---
- Terminando disse orgulhar-se desta Autarquia por ter mudado de comportamento, ao

comemorar Abril e o dia da liberdade, dando a liberdade de poderem discursar e reunir de forma livre. Bem como na Comemoração do Dia da Cidade, em que também todos os Grupos Municipais ali representados têm direito a manifestar a sua opinião de forma livre, onde no passado recente só se ouvia a voz do Presidente do Governo Regional e do Presidente da Autarquia. Sendo estas mudanças em que todos têm a opinar e a manifestar-se, que tornam a cidade do Funchal como a capital da Liberdade. -----

**4. O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND** começou por referir-se à última parte da intervenção do Deputado Sérgio Abreu, por parecer-lhe repetitiva, uma vez que acha que devem de deixar de congratular-se pela comemoração do vinte e cinco de Abril em todas as Sessões desta Assembleia. -----

Por outro lado, não considera o Mercado Municipal da Penteada exemplar como o Deputado Sérgio Abreu o considerou. Pois a parte que estava desocupada neste Mercado, foi concessionada a uma grande superfície comercial denominada “Pingo Doce”, e o mesmo é um mercado de lavradores tradicionais. -----

E embora a versão oficial, emitida pela Câmara, de que essa concessão ao Pingo Doce, se ficou a dever ao facto de não haver outros interessados nos espaços para as ditas atividades, é falso porque houve interessados que manifestaram, antes mesmo da concessão ao Pingo Doce, o interesse da ocupação dos mesmos. -----

Por isso, questionou se foi aberto um concurso para os espaços que foram concessionados ao Pingo Doce no Mercado da Penteada? -----

Também congratulou-se com a solução encontrada para o Mercado Municipal dos Lavradores, porém considera que sobre esta questão, fica também a imagem de uma Câmara que não sabe o que quer. -----

E a este propósito, advertiu que seria bom que os Serviços Jurídicos da Câmara estudassem cautelosamente a matéria do concurso, agora com objeto diferente, porque



não se sabe se de acordo com o CPA podem aproveitar o concurso já lançado quanto a prazos e por estarem a concessionar menos lojas e para objetos diferentes. -----

Ainda em matéria de congratulações, referiu-se à congratulação manifestada pelo CDS/PP pelas negociações entre a Câmara Municipal do Funchal e o Governo Regional da Madeira, julgando que essas negociações foram mais entre o Presidente da Câmara do Funchal e o Presidente da Junta de Freguesia do Funchal. Porque sente o atual Presidente do Governo Regional da Madeira, mais como um Presidente da Câmara e o atual Presidente da Câmara, mais como um Presidente da Freguesia do Funchal. -----

Pois o Dr. Miguel Albuquerque, já foi eleito há mais de seis meses e desapareceu totalmente, aparecendo apenas em realizações de cariz municipal, levando até, alguns Jornalistas a confundirem a sua presença, referindo-se a este como o Presidente da Câmara do Funchal, passando ao lado pela circunstância do Presidente da Câmara do Funchal ter estado presente. -----

Porém, almeja que o Presidente da Câmara Municipal do Funchal tenha perante o Presidente do Governo Regional da Madeira, uma atitude mais determinada nas reivindicações daquilo que são os interesses desta Autarquia, para que não se venha a repetir, em matéria de conclusões dessas negociações, aquilo que se obteve na negociação entre o Governo Regional da Madeira e o Governo Central da República. -----

A este respeito disse ainda, que não esperava esta congratulação por parte do CDS/PP, uma vez que estes, ultimamente, só por engano se abstêm e normalmente votam a favor de qualquer proposta, venha ela do PPD/PSD que governa a Região, venha ela desta Câmara que governa o Funchal. -----

Por último, referiu que ninguém se congratulou com a designação para o novo Presidente do PS regional, Dr. Carlos Pereira. Quiçá por o mesmo em matéria municipal referir: "que a experiência das Coligações Autárquicas na Madeira foi má e que não é para repetir". ---

Caraterizando assim, a Coligação MUDANÇA como uma experiência má e falhada, que não vai repetir-se e que irá candidatar-se sozinho no futuro. -----

E por esta Coligação MUDANÇA não ser uma coligação de independentes, mas de partidos políticos, onde um deles saiu por motivos que foram explicados e justificados, questionou os partidos que apoiam o Executivo da Câmara, se vão continuar com esta missão de se perpetuar uma realidade que falhou? -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** fez os seguintes esclarecimentos: -----

- Ao **Senhor Deputado Domingos Abreu** começou por agradecer as suas palavras relativamente ao processo do Mercado Municipal dos Lavradores, e que a disponibilidade deste Executivo sempre foi de diálogo e concertação. -----

No que diz respeito aos espaços enunciados, e que julga serem os dois espaços que estavam para serem a montra do Mercado, serão transformados em espaços hortofrutícolas. -----

- Ao **Senhor Deputado Gonçalo Pimenta** principiou por esclarecer que já solicitou uma reunião entre o Governo Regional da Madeira e a Câmara Municipal do Funchal, para tratar de vários assuntos, tais como: -----

- A situação do IRS respeitante aos anos de dois mil e nove e dois mil e dez, que está em tribunal e que gostariam de ver resolvida, assim como outras matérias que a Câmara interpôs com processos judiciais, e que havendo acordo entre as partes, a Câmara está disponível em não dar continuidade aos mesmos. Pois considera que o contencioso só faz sentido quando não há entendimento entre as partes. -----

- Os quatrocentos mil euros que são pagos à ARM relativamente aos Resíduos Sólidos, sendo cerca de metade dessa verba relativa à Taxa Fixa, o que para este Executivo não é considerado uma taxa mas sim um imposto ilegal. -----

- O aumento, sem fundamento, dos catorze por cento da água. -----



- A reativação dos contratos-programa. -----
  - Dentro do próximo quadro de apoio comunitário, que perspectivas poderão deter em termos de acesso aos fundos comunitários. -----
  - Uma série de obras que estão pendentes, tais como: canalização de ribeiros que falta concluir, a continuação do prolongamento da Avenida Sá Carneiro até à entrada da Marina, a Cota 500 e a ligação dos Três Paus e Viana a Santa Quitéria. -----
- Existem também pendentes, umas obras da lei de meios, das quais a maior preocupação incide nos troços intermédios da regularização e canalização das ribeiras de São João, de Santa Luzia e de João Gomes, por se encontrarem num estado lastimável em termos de segurança. -----
- Clarificação da tutela do ponto de vista da nova frente mar, do novo cais e da Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses. -----
  - A reclassificação das estradas da rede viária regional, porque houve estradas que foram regionalizadas e outras que passaram para a competência e domínio do município. -----
  - A questão do pontão da Praia Formosa, pelo facto de haver uma redução mais acentuada na parte mais Oeste, porque a deposição de inertes já está a ultrapassar o ilhéu. -----
  - A Protecção Civil e a tipificação do Corpo de Bombeiros. Bem como, legislar o Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, para a Região. -----
  - Por último, a questão dos Horários do Funchal. -----

Relativamente ao **Senhor Deputado Baltasar Aguiar**, começou por referir-se sobre a questão do Mercado Municipal da Penteada por ser transversal e de preocupação de todos, pelo definhamento que se assistia. -----

Como tal, disse que, comprovadamente, as lojas da Peixaria e Talho, tiveram ao longo dos últimos anos sucessivos concursos e os empresários ou comerciantes que ali se instalaram, desistiram porque não eram sustentáveis. -----

Pelo que tomaram a solução legal, uma vez que o Pingo Doce já lá estava instalado, de fazer um aditamento ao contrato e uma extensão da área atribuída ao mesmo, a qual foi do agrado de todos os comerciantes. Porque por vezes há espaços tradicionais que precisam de algumas lojas âncora, que efetivamente tenham outra sustentabilidade e façam e contribuam para a sustentabilidade dos negócios. -----

#### -----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu por encerrado o PAOD, dando a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto um - Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município em observância do disposto na al. c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, começando por referir-se à empreitada de execução de diversos trabalhos de beneficiação da rede viária municipal, que contemplam pequenas obras de alargamento e pavimentação em determinados acessos, com um custo de execução de cento e cinquenta mil euros, e que contribuirão para uma melhor qualidade de vida para a cidade do Funchal. -----

Depois referiu que foram aprovados os seguintes assuntos: -----

- A resolução de expropriação para posse administrativa das parcelas dos terrenos necessários para a execução da obra da Entrada 68, do Caminho do Trapiche, freguesia de Santo António, que por ser um desejo antigo das pessoas que lá vivem, tem sido assunto recorrente nas reuniões públicas da Câmara. E que contempla, para além dos acessos, a intervenção no abastecimento de água, rede de esgotos domésticos e de iluminação pública, sendo o prazo previsto da obra de sete meses. -----

- O relatório da fase de qualificação dos concorrentes à Prestação de Serviços de Gestão de Equipamentos Elevatórios e do Sistema de Tratamento e Destino Final de Águas Residuais do Concelho do Funchal, com um preço base de seiscentos e sessenta mil euros, mas cuja adjudicação deverá ficar em cerca de duzentos mil euros. -----



- O Regulamento de Apoio à Natalidade e Família, que auxilia desde a subvenção à natalidade, ao contributo de mensalidade de creches e jardins-de-infância, à compra de livros e material escolar e à comparticipação de despesas de saúde e alimentação, num valor que poderá atingir os cento e cinquenta euros. -----

- O projeto para proceder à consulta pública, do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas. -----

De seguida **elucidou** as seguintes matérias: -----

- **Mercados Municipais** - foi aberto um concurso para os espaços desocupados, dos Mercados Municipais da Penteada e dos Lavradores, com a intenção de uma melhor qualificação e reorganização. -----

O mais relevante é o Mercado Municipal dos Lavradores, por contemplar vinte e oito stands, dez lojas e dezoito bancas de peixe. E embora queiram manter a identidade do mesmo, naquilo que são as flores, os hortofrutícolas e os produtos agrícolas, pretendem introduzir algumas inovações, numa perspetiva de atrair um maior número de pessoas que ali permaneçam mais tempo, e que assim também possam consumir os produtos agrícolas que ali são vendidos. -----

Todavia há uma oposição por parte dos comerciantes hortofrutícolas que lá têm os seus stands, mas a diversificação que iria existir eram de frutos e leguminosas, frutas transformadas e produtos biológicos. -----

Assim, chegaram a acordo, face àquilo que fora os interesses manifestados pelos comerciantes de revogar parcialmente o concurso, e dessa revogação a manutenção do objeto, nomeadamente quase todos de hortofrutícolas. E isto não põe em causa os planos para o Mercado, pois mantiveram o concurso e a inovação que querem introduzir no Mercado. -----

Pois embora ninguém possa garantir que os comerciantes que neste momento lá estão

venham a ser aqueles que ganham o respetivo espaço e a respetiva concessão, os mesmos entendem que tendo mais espaço hortofrutícolas terão mais probabilidade de ganhar a respetiva concessão. -----

- **Cultura** - ficou concluída a aquisição de parte do espólio de António Aragão avaliado em cento e sessenta e seis mil euros. E logo que o mesmo esteja na posse desta Autarquia, será exposto para dotá-lo de visibilidade para os Funchalenses e para quem nos visita. --

- **Desporto** – pelo facto do Clube de Futebol União da Madeira ter subido à Primeira Liga Portuguesa de Futebol Profissional, o que muito honra a Cidade do Funchal, foi elaborado e aprovado um Voto de Louvor ao mesmo. -----

- **Igualdade** - naquilo que é uma educação para a cidadania e um denegrir nas questões de Igualdade de Género, foi aprovado o Regulamento do Conselho Municipal da Igualdade.

- **Informação Financeira** - destacou alguns dados relativamente àquilo que tem sido o cumprimento do equilíbrio orçamental daquela Câmara, salientando que nos impostos indiretos houve um aumento de um milhão e seiscentos mil euros, cerca de dezasseis por cento, relativamente ao período homólogo em causa, salientando os pontos a que se deve o mesmo: -----

- IMT, que nos últimos anos tinha vindo a decrescer. -----

- Licença de obras aumentou mais sessenta e quatro por cento. -----

-Taxa Municipal de Urbanismo aumentou mais noventa por cento. -----

- Licença de Utilização aumentou mais cento e sessenta e cinco por cento. -----

- **Dívida global do Município** - até trinta e um de maio do corrente ano, cifra-se em setenta e seis milhões de euros, contudo no período de janeiro a trinta e um de maio de dois mil e quinze, reduziram a dívida em três milhões e meio de euros, realçando que estão a baixar tanto a dívida a fornecedores como a dívida à banca, esta última abaixo dos cinquenta milhões de euros. -----



- **PAEL** – dos cerca de vinte e oito milhões e meio de euros, já pagaram mais de cinco milhões de euros. -----

- **INSCRIÇÕES:** -----

**1. O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD** começou por dizer que a análise dos relatórios já foi muito discutida na forma, para que possa ser lida com outras características, sem ser um relato com pouca consideração pelo papel que a Assembleia tem em termos de fiscalização e acompanhamento do exercício do Executivo. Porque continuam a receber dentro do prazo o Relatório mas a nota do Senhor Presidente continua a chegar sempre fora de prazo, com dificuldade como se fosse outro processo qualquer. -----

Continuando disse: “O Senhor Presidente nesta sua última intervenção usou a estatística, a estatística é muito interessante enquanto ciência, não naquilo que nos é dado ver aqui no relatório, quer na sua intervenção, por exemplo, o número de pedidos de licenças, alvarás, etc., é o reflexo não da governação mas sim da vida da sociedade. Deveria dar-nos uma indicação efetiva do número de autorizações, ou seja da consequência que é dada aos pedidos. -----

Todos nós sabemos as dificuldades que a Câmara tem tido em relação à resposta de processos, portanto a questão da estatística dizer que aumentou 160% não é nada porque são pedidos, temos de saber é qual foi a capacidade e efetiva resposta da Câmara a esses pedidos, até porque o próprio relatório tem algumas estatísticas engraçadas, tal como o Programa Câmara à Porta tem em janeiro, fevereiro, março, abril, maio zero e junho um. Continua o grande sucesso, pelo menos este semestre deve de ter acontecido qualquer coisa aqui que mostra o grande sucesso. -----

Já depois temos uma estatística que é proactiva, e não estou a discutir o mérito dos programas, nós somos a favor mesmo que seja só um município a beneficiar de qualquer

ajuda mereceu e vale a pena o esforço. Agora temos de ser rigorosos e temos de ser competentes, porque apresentar uma questão estatística em que já vem os dados de julho fica muito mal. Temos aqui um gráfico relativamente à participação municipal na aquisição dos medicamentos que já está adiantado, isto há os retroativos e os proactivos, alguém tem de ler estas coisas. -----

Já foi aqui dito várias vezes que o relatório tem de ter dignidade, tem de ter competência, tem de ter uma forma, e todos nós estamos disponíveis para melhorar, a Senhora Deputada Guida Vieira foi quem lançou essa iniciativa e que subscrevemos. Porque o nosso papel é mesmo acompanhar e ver as coisas e isto é uma “pobreza franciscana”, para além dos resultados, a própria apresentação dos mesmos. E portanto pedia e insistia novamente maior rigor, maior consideração por este exercício se não deixamos de considerar. Mas este é um dos papéis mais importantes da Assembleia, é acompanhar, fiscalizar e se o Executivo e os Serviços todos se dão ao trabalho de fazer uma preparação do relatório para vir à Assembleia, ele tem que vir em condições, com realismo, de forma adequada para que se possa efetivamente dar dignidade que merece esse exercício e é uma questão de respeito pela Assembleia, pelos Deputados e pela própria Cidade”. -----

**2. O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP** disse que o Senhor Deputado Domingos Abreu referiu algumas coisas que iria reforçar relativamente ao Relatório de Atividades. -----

Porém sobre o Programa Câmara à Porta, era preferível tirar essa folha e passar para os programas seguintes, porque a aparecer uma estatística a zero, é preferível não aparecer nada. -----

Depois focou o SMA - Subsídio Municipal de Arrendamento, em que ficou entendido que o programa precisa de ser revisto nomeadamente na sua regulamentação. Porque o mesmo continua a ter uma ineficácia, como se comprova através da estatística em que só quarenta

e quatro projetos foram aprovados, quarente e um foram reprovados e três estão em análise, numa extensão de dez freguesias do Funchal em que três delas têm uma elevada densidade demográfica, nomeadamente Santo António, São Martinho e Santa Maria Maior. E Inclusivamente os serviços da Câmara, como se comprova no relatório da SocioHabitaFunchal, que por se depararem cada vez mais existem com problemas habitacionais no Concelho do Funchal, os remetem para o projeto do SMA. -----

Como tal, quer que seja esclarecido do ponto de vista técnico, político e prático o que é que está a suceder a estes programas, e em que é que poderão ser úteis, do ponto de vista da eficácia para ajudar o mesmo. -----

Outra questão que gostaria que lhe fosse esclarecidas são os investimentos, porque o CDS/PP acha que esta redução de zero vírgula oito milhões de euros a nível de investimentos, prejudica a Cidade do Funchal. Por exemplo, achamos que o Senhor Presidente poderia aloucar três ou quatro por cento das receitas que mencionou, na reabilitação do parque habitacional que se encontra degradadíssimo. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, do GMM** pediu o seguinte esclarecimento ao Deputado Gonçalo Pimenta: "Não sei se tem a informação errada ou se o projeto que falou está errado, V. Exa pode questionar os Presidentes de Junta presentes, que quem está neste momento com o processo do SMA em mãos contactou a equipa Executiva, V. Exa não tem a informação correta e penso que não a terá. Agora a questão que lhe vou colocar é a seguinte, sabe que um dos travões, apesar de este programa estar a funcionar e muito bem, sabe qual é o grande problema deste programa? São os senhorios, os donos das casas que não querem regularizar a sua situação com as finanças e muitos deles do seu partido, e travam o processo". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP** respondeu: "A melhor resposta em política é o silêncio". -----

**3. A Senhora Deputada Municipal Maria Elisabete Mendonça Andrade, do PPD/PSD**

fez as seguintes perguntas: -----

“1º - Porque eu não percebi toda a celeuma que se levantou acerca da abertura do concurso dos espaços do mercado, como é que uma Câmara que reúne no próprio mercado para fazer o orçamento participativo, e reúne bem, não conseguiu fazer uma coisa básica que era reunir no mercado com os próprios vendedores do mercado, e combinar que atitudes é que deveriam de ser tomadas relativamente aos novos concursos? -----

2º - Não sei quanto é que eles pagam em média pelo aluguer dos espaços, mas para criar atratividade no mercado temos de começar por torná-lo atrativo para a população da Cidade. E a população da Cidade está um pouco arredada do mercado, porque se for ao mercado gasta bastante mais dinheiro do que se for aos supermercados comprar o mesmo tipo de alimentos. -----

E eu acho, que isso tem de ser ponderado, é evidente que um mercado para competir com um supermercado tem dificuldades acrescidas, mas aí entra o papel da CMF. Talvez seja boa ideia baixar as rendas e começar a controlar os preços que se pedem pelos alimentos no mercado. -----

Porque para além disso eu também já assisti a comerciantes no mercado pedirem um preço a turista, e fazer outro preço quando percebem que as pessoas falam português. Portanto há aqui um problema de regulamentação que eu acho que é preciso ter em conta”.

**4. O Senhor Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo, do PND** lembrou: “duas questões que na passada Assembleia Ordinária falei e não tive qualquer esclarecimento, e que tem algum reflexo na vida das pessoas, nomeadamente no seu bolso, que são o seguinte: -----

1º - A seis de janeiro deste ano o Decreto-lei nº 2/2015 procedeu à alteração de um outro Decreto-lei, que se refere às cauções prestadas no âmbito de serviços básicos, como por

exemplo, a água. Eu gostaria de saber novamente se a CMF tem alguma inventariação acerca do universo de munícipes a quem terá de ser restituída alguma caução nomeadamente pelo serviço da água, e qual a expressividade da mesma se a houver? Isto concretamente tinha a ver com a questão das taxas do contador da água. -----

2º - Tem a ver com o fim da cláusula de salvaguarda do IMI, como sabe, isto foi uma questão da ordem do Governo da República, em que o fim da chamada cláusula de salvaguarda e certamente muitos munícipes vão ser confrontados com um aumento exponencial em flecha da sua taxa de IMI. Gostaria de saber, se a Câmara tem presente esses aumentos e tendo presente esses aumentos, que nalguns casos poderão ser potencialmente exponenciais, se há alguma maneira de aligeirar estes aumentos em flecha? -----

Postas estas duas questões, eu queria só fazer referência a mais duas situações em relação à atividade da Câmara, que foi recentemente aquela temática cultural com o grande chavão "Fica na Cidade". -----

E eu queria perguntar ao Executivo camarário, como é que faz toda uma campanha de convidar as pessoas para que fiquem de facto na Cidade, e o Executivo de abalada vá para outras latitudes? Isto nas questões de estratégia acho que não funciona muito bem nem é o melhor exemplo. -----

Outra questão muito prática e que é já recorrente, tem a ver com a limpeza da Cidade, e nós assistimos cada vez mais a um Funchal mais sujo, com os locais em que se deposita o lixo, completamente assoberbados e isso não é de facto uma imagem que queremos para o Funchal e infelizmente, isso tem sido mais a regra do que a exceção". -----

**5. O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND** começou por dizer: "Eu queria complementar a intervenção da Senhora Arq. Elisabete Andrade, referindo uma coisa que me impressiona, logo à subida para o primeiro andar há duas barracas com vendedores extremamente agressivos, que abrem os frutos tropicais

com canivetes, tiram com os mesmos o conteúdo dos frutos e dão nas mãos dos turistas para eles provarem lambendo as mãos. Ora, não custava nada pedir que este tipo de comércio mais agressivo parasse e cessasse, até porque este não é o comportamento genérico dos demais comerciantes daquele mercado. -----

Ainda sobre a questão do “Fica na Cidade”, eu queria dizer o seguinte, em campanha eleitoral nós normalmente seguimos uma regra, não fazemos campanha eleitoral no núcleo histórico da Cidade. Ora na campanha que foi feita pelo “Fica na Cidade”, para além da discutível qualidade gráfica dos diversos panfletos distribuídos pelo Funchal, foi feita precisamente na zona histórica. -----

A verdade, é que me parecia que a Cidade estava desarranjada e que aquela campanha do ponto de vista da estética da cidade não era a preferível. Por isso o que eu propunha era que no futuro se comesçassem a adquirir nesta matéria da propaganda outras práticas. Aproveito também, para chamar a atenção de alguns partidos porque transformaram as ribeiras do Funchal em verdadeiros placards de propaganda contínua, e eu acho que há sítios onde se pode fazer com os mesmos placards e até com mais eficácia, campanha sem estragar as artérias do Funchal. São partidos respeitáveis e tenho quase a certeza que com o tipo de campanhas que fazem, fazendo-a em vias rápidas fora do Funchal, não afetavam tanto o equilíbrio paisagístico da nossa Cidade. -----

Continuando, eu de facto debati-me com o problema da limpeza e neste relatório o Departamento do Ambiente, vejo limpeza de sargetas, monda química, varredura, monda mecânica, lavagem de arruamentos e recolha de lixo. E eu queria recordar o seguinte, eu durante a campanha andei a fixar cartazes, ora eu depois de fazer a fixação de placards nos postes do Funchal ficava completamente sujo, porque os postes de iluminação da cidade do Funchal estão totalmente sujos. -----

Ora, no Departamento de Limpeza e Ambiente não há uma única referência à limpeza dos

Paula Barros  
f.

postes de iluminação, e quem diz limpeza nesses postes, diz também pintura da sinalética do Funchal, dos bancos da cidade e também alguns postes de eletricidade que já apresentam sinais de ferrugem e a precisarem claramente de uma pintura. -----

Este tipo de mobiliário urbano da Cidade, funciona para a Cidade como os frisos funcionam para os automóveis, porque eles quando estão todos bonitinhos os carros parecem mais novos. -----

Outro ponto que me parece importante, e que não é referido aqui como atividade da Cidade, mas foi uma não atividade da Cidade. É que há pouco tempo uma empresária desta terra anunciou que: *ninguém põe os pés nos meus prédios da Praia Formosa*. Trata-se de uma pessoa que pertence a uma das famílias mais ricas da Cidade do Funchal e que tem especiais obrigações, tem direitos, aliás essa família foi muito prejudicada, mas tem especiais obrigações, e tinha a especial obrigação, ela dizia na imprensa que: *não falava com ninguém nem prestava declarações sobre isto*, mas tinha a especial obrigação de ter abertura para discutir com a Câmara, as possibilidades de os Funchalenses, enquanto essa família não dá utilidade prática àqueles terrenos que afinal são seus, poderem utilizar aquelas infraestruturas criadas naquele local. -----

Por exemplo, impressionou-me que até o duche onde as pessoas tomam banho para limpar o sal, vai ser desmontado porque os proprietários não querem ali o duche. -----

Eu tenho outra visão da propriedade privada, da vida social e da utilidade que a propriedade deve ter na vida social, e mais do que isso, do exemplo de quem tem, deve dar a quem nada tem. -----

Foi debatido nas redes sociais, duas questões que me parece deverem ser esclarecidas:

- Uma viagem à Venezuela pelo Senhor Presidente da Câmara e pelo Senhor Vereador das Finanças. Uma viagem que foi feita em primeira classe, para hotéis de cinco estrelas

quando supostamente parece que só podem ficar em hotéis de três estrelas, e fala-se ainda de um cartão de crédito com um plafond de cinco mil euros, com o qual se fazem despesas. Ora, eu gostava que fosse esclarecido que despesas são essas que fazem com esse suposto cartão de crédito, se existe só um ou se existem mais, se nós como Deputados podemos ter acesso aos extratos da despesa desses cartões de crédito, e afinal o que se passou nessa famigerada viagem à Venezuela. -----

Porque eu entendo que o Presidente da Câmara deve procurar promover a Cidade lá fora, mas eu entendo que o Presidente da Câmara deve fazê-lo tendo assegurado que o destino para onde vai, recolhe um número de pessoas suficientemente grande para justificar a despesa e a deslocação. -----

Ora, o que eu vi foi uma reunião com um Senhor qualquer chefe dos contabilistas de Portugal, com uma sala com “dez gatos-pingados”, e suponho que o Senhor Presidente dentro do avião conheceu mais venezuelanos do que nessa reunião. E de facto pergunta-se para quê atravessar o Atlântico para uma reunião com dez pessoas quando afinal se pedia para que as pessoas ficassem no Funchal?” -----

**6. O Senhor Deputado Municipal Carlos Miguel Encarnação Gonçalves, do PPD/PSD** na sua intervenção reforçou algumas das questões que já ali foram levantadas, começando por referir que a conclusão a retirar sobre o relatório, é que não há coerência entre o período a que se refere o relatório e o período das atividades, pois estas são entre maio e junho, mas no princípio do documento deparam-se logo com as atividades efetuadas no início de abril, e já houve uma Sessão Ordinária da Assembleia em abril. -----

Como tal, questionou se será que por se restringir às atividades de maio e junho, o relatório resume-se a zero? -----

Questionou também, se a Câmara prevê o futuro ou algo parecido, porque sobre o Programa de Apoio de Atribuição de Medicamentos, e segundo o que está explanado no



documento, em julho foram aprovadas três candidaturas. -----

Relativamente ao Câmara à Porta, segundo o gráfico que é apresentado nada é conclusivo, ou seja, é necessário repensar o que é que está a falhar naquele programa, porque o mesmo foi lançado em janeiro de dois mil e catorze e nos primeiros cinco meses deste ano não existe nenhum pedido. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** começou por dirigir-se ao **Deputado Carlos Miguel Gonçalves** dizendo que é referido o mês de julho, porque os processos são concluídos em junho, mas transitam para julho porque são contabilizados nesse mês. -----

- Ao **Deputado Gonçalo Pimenta**, disse que esta Câmara pauta pela transparência, como tal não irão esconder seja lá o que for, mesmo que seja menos bom para aquele Executivo, por isso se é zero, é zero que aparece. Não fabricam números nem rasgam folhas para esconder seja o que for. -----

Assim, e por já terem reconhecido que é necessário alterar o programa Câmara à Porta, irão, em breve, trazer àquela Assembleia as alterações que estão a preconizar para o mesmo. -----

Tal como referiu o Deputado Domingos Abreu: *que basta um munícipe ter sido contemplado com apoio, que já é benéfico*. Pois o Cartão 55+, que foi do anterior Executivo, em dois mil e quinze, também só teve nove solicitações de adesão. O que significa que os programas nem sempre são aquilo que se deseja, e quando assim é, devem de ser reestruturados de modo a servirem um maior número de pessoas. -----

Sobre o SMA (Subsídio Municipal de Arrendamento), disse que embora os programas sejam pensados e elaborados, na execução por vezes deparam-se com alguns problemas, tais como, questões burocráticas que são inultrapassáveis porque recaem responsabilidades por quem as executa. -----

Pois até agora foram aprovadas sessenta e nove propostas, porque só apoiam contratos

legais de arrendamento, visto que muitas pessoas que estão em casas arrendadas, não têm contrato e isso é inultrapassável. -----

Contudo, às pessoas cujos processos são reprovados ou são arquivados, encaminham-nas para a rede social e para outro tipo de apoios. -----

Quanto aos investimentos, disse que ao contrário do Governo da República a Câmara não tem os cofres cheios. E ainda não têm receitas para os investimentos preconizados, o que significa que este aumento de receitas tem servido para colmatar os investimentos que estão previstos. -----

- À **Deputada Elisabete Andrade**, elucidou que no que diz respeito à questão dos vendedores do Mercado Municipal dos Lavradores, a Câmara, embora se preocupe com quem lá exerce a sua atividade, preocupa-se em primeiro lugar com o interesse coletivo e na sua globalidade, e não com os interesses individuais de quem tem a sua banca ou o seu stand. -----

Devido à quantidade de concessões que já tinham caducado, que estavam a terminar e das lojas que estavam vazias, aproveitaram esta oportunidade para dar outra dinâmica ao Mercado, fazendo com que tenha uma maior afluência e uma maior sustentabilidade dos negócios que ali estão. -----

Quanto ao valor das rendas a Câmara não pode ultrapassar essa questão porque devido à contratação pública, a proposta vencedora é a que apresentar o valor da renda mais alto. O que nem sempre é favorável para a Autarquia, pois por vezes é preciso denunciar contratos por falta de pagamento, porque há pessoas que concorrem com valores muito altos e que depois não podem cumprir. -----

Tal como, não podem controlar os preços porque a liberdade de mercado impera. -----

Quanto aos comerciantes que lá estão, e embora compreendam que alguns lá estão há muitos anos, também é verdade que aquilo que era no enquadramento legal há trinta anos,



não é o que é hoje em dia. Portanto, não podem garantir que quem lá está, continue, porque não há direitos de preferência devido às regras da contratação pública a que todos terão que se sujeitar. -----

Já em outubro de dois mil e catorze os Serviços do Mercado, informaram e ouviram os comerciantes, que a Câmara iria proceder a estas alterações. -----

- Ao **Deputado Donato Macedo**, sobre a cláusula da salvaguarda do IMI, e sendo esta uma questão do Governo da República, disse-lhe que têm vindo a diminuir o IMI tal como foi o compromisso eleitoral. -----

Estão a analisar e vão discutir essa questão relativamente ao orçamento de dois mil e dezasseis, pelo que remete essa discussão para a discussão e debate do Orçamento. ----

Quanto ao programa "Fica na Cidade", é um programa que foi feito para dinamizar a Cidade do Funchal não só em termos culturais, como também num ganho direto relativamente aos comerciantes de restauração e de bares, comprovadamente. -----

Sobre a argumentação que o Presidente não estava na Cidade, disse ser demagogia e populismo e que esteve presente no início e no fim da iniciativa. -----

Disse ainda, que foi à Venezuela porque os conterrâneos que lá estão, necessitam de solidariedade e de apoio e para captar investimento. Pois como é sabido, hoje em dia quem exerce a gestão de uma Câmara não pode ficar limitado ao mero apoio social ou à gestão da Cidade, é preciso ser mais proactivos e ir ao encontro, nomeadamente de empresários que são conterrâneos, porque há a vantagem da ligação que têm à sua terra, de modo a que invistam na Cidade mostrando-lhes que oportunidades podem ter, para o sucesso desse investimento. -----

Pelo que, as relações externas e as relações diplomáticas são muito importantes para uma cidade e não estão confinadas só ao Governo da República. -----

- Ao **Deputado Baltasar Aguiar** esclareceu que foram lá com um caderno de promoção da

Cidade do Funchal e que contactaram com muita gente, num almoço estiveram com mais de seiscentos emigrantes, noutra reunião com mais de duzentos emigrantes, para além das reuniões individuais em pequenos grupos. -----

Considerou que aquilo que fez foi um trabalho sério de contato com os nossos emigrantes, e da situação muito difícil que se encontram na Venezuela. -----

Comunicou ainda, que depois da sua ida lá já teve reuniões e propostas concretas para a Cidade do Funchal, o que significa que a semente que foi lançada vai com certeza dar os seus frutos. -----

Esclareceu também que não gastou um euro de algum cartão de crédito da Câmara, e que não houve qualquer despesa relativamente a qualquer cartão de crédito. -----

Pois aquilo que vem nas redes sociais nem sempre corresponde à verdade, não passando de difamação relativamente àquilo que é o Presidente da Câmara, os Vereadores ou a sua ação procurando conspurcar algo que não corresponde à verdade. -----

Falando sobre a limpeza da Cidade, disse que há situações que às vezes parece que a Cidade está toda suja, por questões de sujidade da responsabilidade dos munícipes. Mas não se pode dizer que a Cidade está mais suja ou menos limpa, porque mantiveram a estrutura do Departamento de Ambiente, que já vinha do anterior Executivo, incluindo os dirigentes, porque o que está bom não se mexe. A não ser que estejam a dizer que os funcionários agora estão a trabalhar pior, o que não lhe parece, porque vê a dedicação e o empenho deles. -----

Relativamente à questão dos postes de eletricidade, estes são da responsabilidade e competência da EEM. -----

Sobre a agressividade dos vendedores, subscreveu que na verdade há um exagero, pois também já detetaram isso, mas é um trabalho difícil, porque tem a ver com a postura. -----

- Ao **Deputado Carlos Miguel Encarnação**, clarificou que a questão do período do relatório



às vezes não é estanque, pois há situações que não são reveladas porque não foram apurados os dados, sendo os mesmos apurados posteriormente. Daí que, no período do relatório por vezes determinadas atividades não são relativas a esse período. -----

- **ESCLARECIMENTOS:** -----

**1. O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD** referiu que a intervenção do Senhor Presidente da Câmara suscitou-lhe um pedido de informação, designadamente sobre o programa que referiu, Cartão 55+. -----

Porque não o encontra no relatório, e gostaria que confirmasse que efetivamente houve nove pedidos e nove concessões. Pois significa que para um programa que está escondido, que não tem propaganda nos carros e carrinhas e que não foi uma bandeira eleitoral, até não está mal comparando o investimento que é feito, em particular na promoção e na propaganda do Câmara à Porta, cujos resultados são maus. -----

Do ponto de vista da estatística o gráfico deveria vir um pouco melhor e ser esclarecido. - Também ainda no sentido da intervenção do Presidente da Câmara e naquilo que diz que não se pode, questionou se é verdade ou não, que a Câmara através de quadros, tentou aliciar alguns empresários ou comerciantes que exercem a sua atividade muito próximo do Mercado Municipal dos Lavradores, num espaço com uma compatibilidade funcional e um objetivo muito semelhante àquele do concurso lançado? -----

Porque tiveram a informação de que, tentativa de aliciamento para rendas mais baixas, pervertendo aquilo que o Senhor Presidente falou, de atrair comerciantes que estão e muito bem num espaço próximo do mercado, para vir para o mercado numa lógica de concorrência desleal. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** clarificou o Deputado Domingos Abreu, dizendo: "Não é um programa de bandeira, a bandeira é vossa porque estão sempre a falar dele, e este é

por acaso daqueles programas cujo investimento é quase nulo ou residual. O investimento que fizemos, nomeadamente em propaganda foi meros autocolantes num carro. -----

Tem toda a razão quando diz que não está no relatório o programa Cartão 55+, mas depois iremos disponibilizar essa informação, que já foi um sucesso, é verdade, mas deixou de ser um sucesso antes deste Executivo, pois tem vindo efetivamente a baixar. -----

Relativamente ao aliciamento aos comerciantes, tenho que lhe dizer que não tenho conhecimento e muito menos esta Câmara daria alguma orientação nesse sentido. E posso dizer-lhe também, que não sei como é que se pode aliciar com rendas mais baixas, porque são as propostas que as pessoas vão apresentar, e é a proposta mais alta que irá obviamente ganhar, e por isso é ridículo até, dizer-se que estaríamos a aliciar com rendas mais baixas, porque não é a Câmara que estabelece a renda. -----

Reforçando, não tenho conhecimento e muito menos poderíamos sequer fazer uma coisa dessas, porque o nosso objetivo não é prejudicar quem investe. Eu até sei a que infraestrutura está a referir-se, que são os Armazéns do Mercado, onde estive presente na inauguração com o Senhor Presidente do Governo da RAM, e posso dizer-lhe que é um projeto caro porque é um projeto interessante do ponto de vista da reabilitação da Cidade e da perspetiva da Cidade pelo tipo de lojas que lá estão. Quanto a isso, não tenho qualquer problema em elogiar o projeto que ali está, que acompanhei desde a fase de projeto apresentado na Câmara até à execução da obra, cheguei a visitar esse projeto em fase de obra, portanto estou completamente à vontade. -----

E aquilo que mais quero é o sucesso daquele projeto, que é um projeto que vem requalificar uma parte importante da Cidade e que para mim isso é fundamental. -----

Portanto não há aqui qualquer concorrência da parte da Câmara, muito menos tentar que um projeto como aqueles não tenha o sucesso como aquele que eu desejo". -----

## **2. O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do**

*Paulo Baltasar*

**PND** retorquiu dizendo: -----

1º Que confirma inteiramente que houve aliciamento a comerciantes no estabelecimento referido para concorrerem ao Mercado. E que foi um aliciamento vindo de funcionários da Câmara. -----

Pode confirmá-lo porque foram os comerciantes desse estabelecimento que lhe disseram, sendo os mesmos pessoas com credibilidade. -----

2º Sobre os cartões de crédito, perguntou o seguinte: "narrativamente quantos cartões de crédito tem a CMF confiados, e a quem? -----

Narrativamente qual o plafond mensal de cada um desses cartões de crédito? -----

Documentalmente quais as despesas incorridas pelos titulares ou possuidores desses cartões de crédito, desde o início do mandato deste Executivo, até hoje?" -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** voltou a dizer que não tem conhecimento de qualquer tipo de aliciamento por parte de funcionários da Câmara, relativamente a uma estrutura comercial e não foi dada qualquer tipo de orientação nesse sentido. -----

Quanto à narrativa dos cartões de crédito, disse não ser uma narrativa, mas um facto. ----

E que embora não saiba na verdade quantos cartões existem, irá procurar saber e fornecer essa informação. -----

Sobre as despesas, disse que as havendo, seja de cartões de crédito ou outras, estão todas contempladas nas contas. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND** em nome da bancada parlamentar municipal do PND fez um requerimento à Mesa solicitando o seguinte: "Que a Mesa intime a Câmara para junta à mesma, se possível nesta Sessão ou no prazo máximo de dez dias apresente: -----

1º Relação do número de cartões de crédito e respetivo plafom mensal e titulares distribuídos por esta Câmara. -----

2º Extrato das despesas desses cartões de crédito. -----

Este requerimento, funda-se no direito que assiste à oposição de se indicar a documentação suporte das contas, que são apresentadas à Câmara e que nós hoje vamos votar. -----

Suponho que pela sua singeleza e simplicidade, este pedido pode ser satisfeito ainda hoje no decurso destes trabalhos. E faço votos para que tal ocorra". -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** respondeu que a Mesa irá diligenciar nesse sentido, para que, se possível ainda naquele dia tenha essa informação, ou senão, que a mesma seja disponibilizada no prazo de dez dias a todos os Senhores Deputados Municipais. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** pediu uma intervenção para pedir ao Deputado Baltasar Aguiar que esclareça a partir de que ano é que se está a referir. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND** disse não ter muitas dúvidas sobre o que se passou no tempo do outro Executivo, mas quer saber o que se passou agora, por isso refere-se ao período em que o Executivo desta Câmara tomou posse até ao dia presente. -----

**3. O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP** interveio pedindo ao Senhor Presidente da Câmara, que pergunte aos Senhores Presidentes de Junta do Concelho do Funchal, quantas reuniões o Executivo da Câmara teve com os mesmos, sobre a questão do SMA e dos outros projetos sociais? -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** respondeu que não consegue contabilizar todas as reuniões que já teve com os Senhores Presidentes de Junta, no entanto disse-lhe que estão contabilizadas as ações de sensibilização, nomeadamente no que se refere aos programas de ação social. Acrescentou ainda, que as mesmas não têm de ser presididas pelo



Presidente da Câmara ou pelo Vereador, porque há também, o contacto feito pelos Departamentos ou pela Divisão Social-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o **Ponto dois - Prestação de Contas Consolidadas de 2014, em observância do disposto na al. l) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, o qual passou a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia**, que apresentou o seguinte: “Em cumprimento daquilo que é a Lei 73/2013, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais, vem cá para apreciação as Contas Consolidadas do Município do Funchal, que inclui no seu perímetro de consolidação, além do Município do Funchal, que já discutimos as contas individuais na passada Assembleia, as contas da Frente MarFunchal e as contas da SocioHabitaFunchal. Sendo que foi uma consolidação feita de forma integral, portanto eliminando os saldos e as transações entre grupo. -----

A única sociedade que o Município tem, e que fica fora deste grupo, é a Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, uma vez que a participação do Município é inferior a 4%, como tal não há obrigatoriedade de constar no perímetro consolidado. -----

Basicamente, os resultados não houve uma alteração substancial àquilo que foi a apreciação das contas individuais, portanto vou-me abster de voltar a referir aquilo que foi o debate que já tivemos cá na última Assembleia onde debatemos estes assuntos. -----

Sendo que deixo só como indicação que os resultados líquidos do exercício mantêm-se nos 3,2 milhões de euros, sensivelmente um pouco inferior àquilo que foi o relatório líquido do exercício das contas individuais, e também por aquilo que foram as contas dos resultados de ambas as empresas Frente MarFunchal e SocioHabitaFunchal”. -----

- **INSCRIÇÕES:** -----

**1. O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** sobre este ponto referiu que não estão ali a aprovar as contas, porque essas já foram vistas, aprovadas

e debatidas, pelo que estão apenas a aprovar o exercício da Consolidação das Contas obrigado por lei, que reúne as contas que já foram debatidas. -----

Assim quis apenas transmitir que os erros, que enfermam as contas da Câmara, e a maquiagem que enfermava a conta da gerência, naturalmente transitam também para a sua consolidação. -----

E embora o Senhor Presidente da Câmara tenha reclamado que ainda não recebeu o IRS por parte do Governo da República ou do Governo da Região, o que é certo, é que nas contas não o provisionou. -----

Assim o que era incobrável nas contas do anterior Executivo, nas contas desta Câmara já passou a ser cobrável, passando assim a ser possível ter um resultado positivo, mascarando uma situação que não corresponde à realidade da Câmara. -----

Como tal, não vão votar a favor da consolidação, porque elas contêm aquilo que considera manobras de manipulação dos resultados, para poder dar uma imagem diferente e mais positiva daquilo que realmente são. -----

**2. O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Sousa Abreu, do CDS/PP disse:**

“Estamos aqui a discutir uma mera formalidade da situação das contas, as contas já foram discutidas e aprovadas por nós num passado recente. Estamos a falar de um resultado consolidado positivo, como acabou de dizer, e muito bem, o Deputado Rui Cortez, que foi à custa da diferença de provisão criada no ano anterior e que não foi calculada no ano de dois mil e catorze. -----

Na altura eu também disse que esperava que as contas de dois mil e catorze tivesse um resultado operacional positivo, como sabe gosto de olhar para os resultados operacionais porque são aqueles resultados onde se consegue verificar a diferença objetiva entre os proveitos operacionais e os custos operacionais. E realmente na conta mesmo consolidada,



verifica-se que infelizmente ainda existe um saldo negativo de cerca de três milhões de euros dos resultados operacionais. -----

Como o senhor Vereador sabe, mede-se o rigor da operação pelos resultados operacionais e não pelos resultados extraordinários, todos nós sabemos que verificou-se grandes diferenças nos resultados extraordinários por via de correções de exercícios anteriores, que foram mal contabilizados nos anos anteriores e houve necessidade de corrigir no ano de dois mil e catorze. E espero que no futuro, o orçamento da Câmara que se apresente num futuro próximo, seja positivo em termos de resultados operacionais, porque é aqui que se consegue medir todo o rigor em termos orçamentais. -----

Quero-lhe dizer que esta consolidação cujos valores já se conhece, o nosso sentido de voto não se vai alterar daquilo que foi e verificou-se no passado, por uma questão de coerência, mas gostaria também de no futuro que em termos de resultados que a Câmara tivesse o resultado positivo no setor operacional. -----

Também gostaria que num futuro próximo, sabendo que a Câmara tem conseguido baixar o seu endividamento e sabendo também que a Câmara, tem um limite de endividamento superior àquilo que era no passado, por via de contenção de despesas e de algum rigor financeiro que tem tido nos últimos dois anos, gostaria que esse rigor financeiro e que esse grau de capacidade de endividamento, fosse exercido por esta Câmara o mais breve possível, no que toca ao investimento público. -----

Se eu estivesse a analisar uma conta de uma empresa, votava completamente cem por cento, porque no rigor orçamental de uma empresa o que conta em primeiro lugar é reduzir o endividamento, baixar os custos financeiros e ter capacidade de se poder endividar. ----

Aqui o sentido social que acho que uma Câmara deve ter, é de ter uma perspetiva diferente do que o setor empresarial. Deve de ter capacidade para se poder endividar e não ter medo

também de se endividar, não ultrapassando o limite de segurança mas de modo a que se consiga fazer investimento. -----

Esta Câmara nos últimos dois anos pecou pelo investimento, optou, e bem no primeiro ano, por consolidar as contas, reduzir o endividamento e a exposição financeira junto da banca de modo a ter capacidade de se poder endividar, e acho que está na altura certa de começar a ir aos financiamentos bancários, de modo a que se faça investimento. Porque não se consegue aceitar que uma Câmara com o orçamento que tem, consiga investir pouco mais que cinco milhões de euros. -----

Estive a ver no investimento público chegou a quatro virgula oito milhões de euros, uma Câmara que tem um orçamento aproximadamente de noventa milhões de euros, acho que se espera de mais, está na altura de se começar a investir e de fazer obra social, obra que é importante para esta Cidade e que há muito para fazer devido ao plano de atividades que a Câmara tem". -----

**3. O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM** referiu que há uma melhoria e métodos mais transparentes na apresentação das contas, que foram facultadas atempadamente para sua análise, e que logicamente merece a sua aprovação. Sobre as contas das duas empresas municipais, as mesmas refletem, assim como as contas da CMF, uma herança do passado. -----

Num último comentário, e colocando em primeiro lugar o interesse público, registou o facto curioso, de que o maior grupo parlamentar daquela Casa tenha votado favoravelmente as Contas Consolidadas, em reunião de Vereação, e agora o próprio grupo parlamentar veio divorciar-se dos Vereadores, passando-lhes um atestado de incompetência. -----

**4. O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND** referiu: "Eu acompanhei no essencial aquilo que foi dito no relatório de contas apresentado pela Câmara, seja pela clareza do português e correção com que foi elaborado

*Paul Beltrão*

do ponto de vista formal, é um documento que mesmo para mim que sou um leigo me pareceu de leitura fácil, embora não possa ajuizar porque não sou contabilista nem guardalivros sobre a validade dos números que lá estão. -----

Tenho no entanto uma garantia, é a garantia do Senhor Vereador das Finanças, por quem tenho todo o respeito e que considero uma pessoa tecnicamente qualificada, reta e honrada, e certamente só por lapso, alguns dos números nele plasmados não estariam corretos. -----

É certo que estamos a atravessar uma situação difícil, é certo que a Câmara tem dificuldades financeiras, é certo que há uma dívida muito grande acumulada, mas também é certo o seguinte: o facto de existir uma grande dívida acumulada não impede que a Câmara tenha despesa e tanto assim que a Câmara teve uma despesa de oitenta e cinco milhões de euros. -----

Ora bem, vamos lá analisar alguns itens desta despesa para ver da racionalidade com que ela é feita: -----

- Qual foi a grande proposta da Coligação em matéria de despesa? -----

1º Apostar no social, perante uma sociedade à beira da rutura social. -----

E eu fui ver as despesas sociais, as mais relevantes, e não vou falar do desporto porque inclui-se o desporto como despesa social, um milhão de euros, peço desculpa mas não entendo isso como despesa social. Vou só falar das mais relevantes: ação social cinquenta e sete mil cento e sessenta e oito euros, habitação 534 mil euros, estas duas são 590 mil 162 euros. -----

Ora bem o que é que são 590 mil 162 euros face à despesa total de 85 milhões 276.321 euros, nada mais, nada menos do que 0,6% da despesa. -----

Eu suponho que todos estamos de acordo que para quem tinha o desígnio de transformar completamente as prioridades da despesa nesta Câmara, 0,6% da despesa social

absolutamente relevante é muito pouco ou mesmo nada. -----

2º Dado importante desta Câmara, vamos apostar nos empresários, vamos apostar numa criação de emprego, e eu limitei-me a ver a criação de uma área em que a Câmara pode intervir. Verifiquei nos mercados, a receita total dos mercados foi de cento e poucos euros, sabem qual foi o investimento feito nos mercados? -----

12 mil euros, o que significa 0,4% do investimento total da Câmara, bem e se formos pensar na despesa total da Câmara é 0,0 qualquer coisa %. -----

Basicamente o que eu queria dizer é o seguinte, chegou o tempo da Câmara começar a olhar para o lado da despesa e começar a tirar do lado da despesa, despesa que não pode continuar a ser feita, que não deve continuar a ter a dimensão que tem, para apostar exatamente nesta despesa que era prioritária. -----

E eu dou-vos só um exemplo, em comunicações esta Câmara gastou quase 700 mil euros, o que é que se passa com as comunicações nesta Câmara? -----

A verdade é esta, os Senhores gastam em despesas sociais relevantes, menos do que gastam em comunicações, o que demonstra que há espaço para cortar na despesa que tem que ser repensada. -----

E eu não vou aprovar este orçamento, porque ele é contrário àquele que era o meu propósito e àquele que era o meu desejo, quando votei na equipa que venceu estas eleições. -----

É ao contrário ao agregado da despesa e nas prioridades da despesa, mas eu acho que chegou ao tempo dos senhores se ocultarem na questão da dívida e de começarem de facto a fazer opções sérias ao nível da despesa, e por isso certamente também o requerimento que há pouco formulei à Mesa no sentido de saber aquela questão dos cartões de crédito". -----

--- **O Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** prestou os seguintes



esclarecimentos: “**Deputado Rui Cortez**, relativamente àquilo que foi o nosso debate sobre as contas individuais, de facto e para ser coerente, mantem aquilo que é a sua análise e eu também para ser coerente mantenho a minha, dizendo que aquilo que foi provisionado na demonstração de resultados este ano, não carece de ser provisionado novamente as receitas com IRS, uma vez que foi já provisionado o ano passado na demonstração de resultados, passando como resultados transitados para este ano, como tal continuamos ambos em coerência com aquilo que dissemos. -----

Se for verificar na página 12, nas provisões extraordinárias no ativo continua a percentagem variável do IRS que o Governo Regional está em dívida, não na demonstração de resultados. Portanto quando falamos de resultados líquidos no exercício, na demonstração de resultados não carece todos os anos que sejam provisionados, apesar de no ativo estar incluído esta provisão que esperemos não por muito tempo, o que significaria que o Governo Regional teria liquidado este montante. -----

**Deputado Lino Abreu**, em relação aos resultados extraordinários e sobre o que disse em relação aos resultados operacionais serem negativos. É um facto que os resultados operacionais são negativos e isso nunca foi desmentido, inclusive no passado, que a operação deste Município é difícil, não é uma operação que se consiga dizer, olhando friamente para o passado, que é uma operação sustentável, aliás é disso reflexo os montantes que ficavam por liquidar anualmente de águas e resíduos. -----

Portanto, é um esforço que neste momento estamos a ter e temos que o fazer, e estamos conscientes que quando olhamos para as contas do Município, temos que o fazer, e tentar com que os resultados operacionais sejam positivos. -----

E estamos neste momento de facto a fazê-lo, nomeadamente naquilo que passa na redução de perdas na área das redes de água, e também naquilo que é a parcela variável da gestão

de resíduos por parte da ARM, que achamos que é um montante insuportável ou insustentável para o Município nos moldes que está. -----

Aliás, estando novamente de acordo com aquilo que foram as palavras do anterior Presidente da Câmara, que na altura também se referiu à parcela variável, e dito aqui nesta Assembleia que era insustentável a manutenção da parcela variável da gestão de resíduos durante muitos mais anos. -----

Portanto, o que lhe digo é que deve ser um desígnio municipal entre Câmara e Assembleia de tornar os resultados operacionais deste Município positivo, e estamos caminhando nesse sentido, não é algo que se faça de um ano para o outro, é algo que leva o seu tempo e estamos também a trabalhar nesse sentido. -----

Em relação ao investimento que diz que é neste momento a altura de investir, portanto a altura de investir acaba também por ser um reflexo desses resultados operacionais, que não nos deixam meios libertos para poder investir sem recursos a outras fontes de financiamento. O que antigamente era utilizado como fonte de financiamento, o atraso de pagamento a fornecedores, neste momento estamos a fazer um esforço no sentido de não ter esse atraso de pagamento a fornecedores. -----

Portanto, isso já não é recurso, aliás a própria lei dos compromissos impede que isso aconteça. Temos que ter os pagamentos em dia por isso esse é um expediente que não pode ser utilizado. -----

Temos de encontrar formas de financiamento quer dentro daquilo que é o quadro comunitário de apoio, por isso, também uma vez colocadas, que o quadro comunitário de apoio é financiado a 85%, temos de ter a parcela de 15% do Município e é para isso que estamos a reservar alguma capacidade de financiamento na banca, para podermos buscar os 15% para poder alavancar algum tipo de investimentos nos próximos anos ao abrigo do Quadro Comunitário de Apoio Madeira 14/20. -----



Respondendo ao **Deputado Baltasar Aguiar**, antes de mais agradeço as cordiais palavras, também tenho um enorme respeito por si, é recíproco. E permita-me dizer que aquilo que foi a sua leitura daquilo que é o investimento social do Desporto, 1 milhão de euros, não é considerado um investimento de estarmos a patrocinar atividades, esta é a verba que foi inscrita para o projeto do Complexo Balnear do Lido. -----

É uma verba cofinanciada, e o projeto são 2 milhões de euros, o primeiro milhão de euros foi no exercício que se passou de 2014 e este é o restante que recai neste exercício. Portanto como vê, uma leitura sem se saber onde é aplicado, neste caso o projeto do Complexo Balnear do Lido, permite ver que não há dentro do Desporto, atividades desportivas mas sim a conceção de uma infraestrutura. -----

Em relação à habitação, de facto poderia haver um investimento maior, mas é necessário também dizer que a SocioHabitaFunchal, uma empresa que também está consolidada neste perímetro de consolidação, por si também tem um investimento de sensivelmente 1 milhão e 100 mil euros, na recuperação de bairros sociais. -----

Infelizmente, também não tanto como gostaríamos de ter, mas esperemos que numa gestão mais criteriosa, permita libertar meios para no futuro poder investir nestas áreas, que são indiscutivelmente necessitadas e carenciadas. -----

Em relação àquilo que disse das comunicações, é preciso ver que dentro desta rubrica de comunicações, não se esgotam só as comunicações móveis. Também tem, por exemplo, o contrato que temos com os CTT para a faturação e que acabam por recair nas comunicações, depois temos as faturas da água que são 55 mil clientes todos os meses, temos as comunicações do próprio edifício, e é preciso perceber que a CMF tem mais de 10 sites, o do Parque Ecológico, da Estação de Biologia Marinha, dos Viveiros, da Fundoa, e é preciso ligá-los todos para utilizar a nossa rede de dados aqui no Edifício dos Paços do Concelho, e fica tudo dentro desta rubrica orçamental de 700 mil euros". -----

--- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** passou à votação do **Ponto dois** tendo o mesmo, sido **aprovado por maioria com vinte votos a favor, sendo quinze do GMM, cinco do CDS/PP, três votos contra do PND e dezoito abstenções sendo quinze do PPD/PSD e três do PCP/PEV.** -----

**NÃO HOUVE DECLARAÇÕES DE VOTO.** -----

--- O **Senhor Presidente da Assembleia** passou para o **Ponto três - Regulamento do Conselho Municipal para a Igualdade, em observância da al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09,** o qual foi apresentado pela **Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes:** “O documento que aqui trazemos para a criação de um Conselho Municipal para a Igualdade, é um documento que demonstra a preocupação que nós temos tido com estas questões da Igualdade. -----

Se é verdade que estamos no Século XXI, e que supostamente na Europa dos Direitos Humanos, estas não seriam questões a colocar-se. O que é um facto, é que as questões de Igualdade de Género, continuam a colocar-se e continuam muito ativas e a merecer toda a nossa atenção. -----

Nesse sentido, a nossa proposta desde que aqui se entrou, eu relembro que já criamos o cargo de Conselheira Municipal da Igualdade, a D. Guida Vieira, a quem desde já agradeço a colaboração na construção deste regulamento, porque sem ela, se calhar, ele teria demorado mais tempo a surgir e por isso agradeço-lhe publicamente. Ela trabalha com grande regularidade connosco e não recebe qualquer contrapartida financeira, mas fá-lo com muita competência, muito profissionalismo, com grande amizade e sempre a chamar-nos à atenção para aquilo que é verdadeiramente importante, e acho que essas questões nós nunca podemos esquecer. -----

Criamos também o Prémio Municipal Maria Aurora, que eu desde já convido todos, para o dia seis de julho, onde será divulgado a quem recaiu a escolha do Júri. -----



E criamos na semana do Dia Internacional da Mulher, dois documentos que levamos à reunião de Câmara. Um foi este Conselho Municipal para a Igualdade, o outro foi a criação do Dia Municipal para a Igualdade, a vinte e quatro de outubro, precisamente porque queremos que estas questões continuem sempre na ordem do dia. -----

Lembro também, que o Plano Municipal para a Igualdade, está já em construção, e já foi enviado também para a SIG para fazer parte do Plano Nacional. -----

Tentamos trabalhar todas estas questões para que as questões da Igualdade fiquem salvaguardadas. -----

Por isso mesmo, este Conselho Municipal para a Igualdade, prevê a participação da Sociedade Civil neste órgão. -----

É um órgão que não tem funções deliberativas, é meramente consultivo, mas este meramente não é um advérbio de modo, que possa desvalorizar o trabalho, antes pelo contrário, o contributo de toda a Sociedade é muito importante para que as questões de Igualdade de Género ajudem a esbater as desigualdades que continuam a existir". -----

**INSCRIÇÕES:** -----

**1. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV** sobre este ponto disse: -----

"1. Em primeiro lugar apraz-nos registar esta alteração de ideias e propósitos por parte da "Mudança", quando decidiu submeter a discussão e aprovação esta proposta. Em março de 2014, quando foi proposto pela CDU em reunião de Vereação, este Conselho Municipal mereceu o voto contra da "Mudança". Posteriormente, em abril, nesta Assembleia Municipal, o resultado da votação foi o mesmo: voto contra da "Mudança", desta vez com o apoio do CDS/PP. Levou alguns meses, apenas 14 meses, só nos apetece dizer que parece que este Executivo sofre de algum tipo de jet leg político, porque todas as propostas

apresentadas estão quase a serem trazidas, já estão em preparação, já estão em discussão, já estão em análise, mas depois no caso concreto, 14 meses. -----

Já agora e apenas para relembrar, na altura dizia o Senhor Vereador com o Pelouro, Edgar Silva, na discussão deste documento na Vereação, “que no seu entender não acrescentaria muito ao que já fora feito pela Câmara e às medidas tomadas na área”, e o Senhor Presidente acrescenta “que vamos ter também um Plano Municipal para a Igualdade, havendo uma sobreposição nesta matéria”. Ora, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, acabou de dizer que o Plano está em construção, na altura não fazia sentido a proposta da bancada municipal da CDU, porque havia um Plano em construção e havia uma sobreposição, agora o que a Senhora Vereadora nos diz é que ainda está em construção. Mas na altura, na Assembleia Municipal e recordando o que foi dito e o infeliz episódio aquando da discussão deste documento que nós trouxemos, é que não faria sentido porque “havia um compromisso de trazer numa Assembleia Municipal seguinte”, e relembrando as datas, 14 meses depois. Já agora e analisando em concreto o documento, e toda esta argumentação não é para votar contra, porque contrariamente aos outros que na altura chumbaram porque não viam interesse nem necessidade deste mesmo documento, porque havia um plano em construção ou haveria até um Conselho em construção, porque havia uma Conselheira para a Igualdade, mas passaram-se 14 meses e nós mantemos a mesma posição de ser importante que estas questões sejam debatidas no Município do Funchal, com a seriedade que merece. -----

E em relação aos documentos em análise quando comparado com aquilo que esta bancada apresentou, em março de 2014 na Vereação e em abril de 2014, na Assembleia Municipal, há coisas muito semelhantes, o corpo do documento é muito semelhante. Estranhamente aquilo que nós esperaríamos é que fosse um documento completamente diferente, para demorar 14 meses a ser trazido a esta Assembleia Municipal. -----



2. Naturalmente que iremos votar a favor da criação deste Conselho Municipal para a Igualdade. Porque consideramos importante que as questões da igualdade, o combate a todas as formas de discriminação, a reflexão em torno de questões que promovam a inclusão social e o livre acesso e participação ativa de todos os cidadãos nas mais diversas áreas da vida comunitária. -----

3. Relativamente a esta proposta que está em discussão, parece-nos que a mesma deveria especificar claramente a composição do Conselho. Referimo-nos ao **Artigo 5º** (Composição). Como está **na linha e**), parece-nos algo vago. -----

4. Deveria constar no presente Regulamento uma especificação clara quanto à criação de comissões ou grupos e trabalho para analisar matérias específicas ou proceder à realização de estudos ou análises das quais resultem propostas e medidas concretas a serem aplicadas. Embora tal possa constar do regulamento de funcionamento interno do próprio Conselho. -----

5. Deveria estar consagrada uma alínea ou até mesmo um artigo que implicasse ser dado conhecimento anual à Assembleia Municipal, através de relatório, o resultado das ações/reuniões/pareceres/estudos concretizados. -----

6. Embora com estes reparos, e, como afirmámos, iremos votar favoravelmente esta proposta, porque mantemos aquilo que dissemos quer na Reunião de Vereação, em março, quer na Assembleia Municipal, em abril, que é importante a criação deste Conselho Municipal.” -----

**2. A Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins da Silva, do PPD/PSD** proferiu o seguinte: -----

“A Promoção da Igualdade e da Não Discriminação é um tema que, desde sempre, é sinónimo de luta. E luta-se porque o respeito falta, a tolerância é inexistente e a indiferença é uma postura muito comum. -----

Aliás, a indiferença, acompanha-nos no nosso dia-a-dia muito ocupado, escasso em tempo e rotineiro. Viver longe ou conhecer pouco dos problemas que afetam muitas pessoas faz-nos acreditar que o Mundo, o nosso mundo, não tem um lado assim tão negativo, exceto no que diz respeito às guerras, aos atentados, às catástrofes naturais e à fome que milhares de pessoas passam em pleno século XXI. -----

Mas, na verdade, outras formas de ofensa à dignidade da pessoa humana ocorrem todos os dias, a toda a hora e a todo o minuto, designadamente ao nível da violência doméstica ou da não-aceitação do direito à diferença. -----

Incentivar e promover a igualdade e despertar a consciência cívica é algo que requer o conhecimento profundo da população alvo por parte de quem atua, é conhecer e trabalhar em conjunto com as entidades públicas e as da Economia Social, é criar intervenções que não se cinjam a solucionar, mas também, e fundamentalmente, a educar, desde muito cedo, as crianças e os jovens para o respeito mútuo e para a caridade. -----

É igualmente proteger os mais frágeis dando-lhes as ferramentas para construir o futuro, quer seja através da alfabetização, quer seja através de programas motivacionais, conferindo-lhes interesse pela vida e mostrando-lhes que esta se move através do “dar e do receber”. -----

São muitas as áreas onde a intervenção ou as iniciativas poderão ocorrer. -----

Relativamente ao Regulamento para a criação do Conselho Municipal para a Igualdade, que foi trazido pelo executivo camarário, cujo seu âmbito, definido no artigo 2.º, alicerçado nos princípios enunciados no artigo 3.º, leva-nos a perguntar, dada a sua amplitude, se, porventura, a criação foi precedida de algum estudo sobre a população do Funchal eventualmente abrangida pelo seu âmbito de atuação. -----

Ou seja, se o executivo sabe quais as áreas que necessitam de maior atenção do Município no imediato, na qualidade de parceiro da sociedade: se a violência doméstica, se a



sensibilização da sociedade para com as pessoas portadoras de deficiência, se o combate à solidão na população mais velha, se é a violência entre jovens, etc... Isto é, se tem um diagnóstico. -----

Gostaríamos também de saber se o executivo falou ou se tem a intenção de falar com as associações, centros paroquiais, etc. sobre as atividades que estas entidades já desenvolvem e a quantas pessoas conseguem chegar, de modo a poder perceber onde é que poderá ser útil, através deste Conselho, por forma a não multiplicar esforços. -----

Mais do que isso: o executivo auscultou as organizações da sociedade civil para lhes dar a conhecer a intenção de criação deste Conselho, já que as mesmas poderão fazer parte da sua composição. Até porque a sua auscultação parece-nos que poderia ser uma mais-valia na construção do próprio regulamento que cria este Conselho. -----

E por fim, não poderíamos deixar de perguntar se o executivo conhece o Programa do Governo relativamente a esta área? A coordenação das atividades, iniciativas e programas ganha muito mais peso e eficácia se houver essa disponibilidade para o trabalho em conjunto naquilo que for possível. -----

E aqui perfilhamos o mesmo entendimento que o Senhor Presidente da Câmara defendeu no último Congresso Regional das Misericórdias que decorreu nesta cidade e cito: *“É necessário uma união de esforços entre o Governo Regional, as Autarquias e as IPSS. Delinear uma estratégia e não olhar só para o seu umbigo”*. -----

Entendemos que a existir este estudo, este conhecimento da população alvo mais necessitada, quais as instituições interessadas, já há uma base de trabalho para quando o Conselho Municipal entrar em funcionamento. -----

No que ao Regulamento em si diz respeito, desde logo achamos que os pareceres que poderão ser emitidos pelo Conselho, nos termos da alínea a) do artigo 4.º deveriam ser vinculativos, sob pena da intenção de criação deste Conselho ficar desvirtuada. Repare-se

que a sua composição, se funcionar na sua plenitude irá agregar muitas sensibilidades e experiências, pelo que o Município, nesta perspetiva, ganharia muito mais se tornasse os pareceres vinculativos, porque aumentaria o comprometimento nas opiniões emitidas e promovia uma rede de responsabilidades. -----

A área social, por ser muito sensível, precisa de decisões assertivas, de empenho e de compromisso sem medos. -----

No que se reporta à alínea **b)** do mesmo artigo, somos de opinião que se estamos perante projetos e iniciativas relacionadas com a promoção da igualdade e não discriminação, o Conselho Municipal deveria ser sempre ouvido e não apenas quando o executivo camarário assim o entender, porque é um órgão de natureza consultiva e porque se trata do seu âmbito de atuação. -----

Ainda no mesmo artigo, a alínea **c)** e a alínea **f)** poderiam ser agregadas, passando a ter a seguinte redação: -----

*“c) Promover e colaborar com os órgãos da autarquia na realização de iniciativas e de trabalhos no âmbito da igualdade de género e não discriminação”*. -----

Artigo 5.º - Composição. -----

Perguntamos se a alínea **d)** se refere a um representante de todos os departamentos e se sim porquê? (A desenvolver ou não, consoante a resposta). -----

Alínea **e)** muito vaga. -----

Por fim, achamos que a composição do Conselho deveria albergar um representante das Juntas de Freguesia, numa lógica de colaboração, até porque são as entidades que estão mais próximas da população. As Juntas têm de ser acolhidas e tratadas como parceiros. Têm de acompanhar estes assuntos, também para poderem divulgar as iniciativas e darem o seu contributo. A não ser que as Juntas em reunião com o executivo camarário, já tenham dito que não querem participar. -----



Para terminar e no que ao funcionamento do Conselho diz respeito, temos dúvidas se as duas reuniões ordinárias serão suficientes, considerando que se trata de uma área com muito a fazer, e gostaríamos de na Assembleia Municipal, de ter conhecimento das atas”.

**3. O Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias, do CDS/PP** disse que o que iria falar, foi dito em parte pelas Senhoras Deputadas Herlanda Amado e Raquel Silva, contudo, referiu que existindo atualmente em funções uma pessoa indicada pela Câmara como Conselheira pela Igualdade julga que esse cargo é de excluir, até para não existir duplicação de funções. -----

Julga também, que este Conselho é útil e necessário, com todas as observações que foram feitas pela anterior Deputada, tendo eventualmente um imperativo de consciência a sua criação para o Município do Funchal. -----

**4. A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM** começou por dizer: “Eu gostava, antes de responder às questões colocadas pelos (as) Deputados (as) da oposição, dizer o seguinte: -----

Quando eu fui convidada para assumir a tarefa de dar alguns conselhos em relação a esta área, não havia nada na Câmara. -----

Igualdade era uma questão que nunca foi assumida anteriormente por nenhum Executivo Municipal, eu lembro-me de ser Deputada Municipal há anos atrás, e ter um dia um debate nesta sala com a Senhora Vereadora, que hoje é a Senhora Secretária para a Inclusão Social, a Dra. Rubina Leal, de quem eu tenho a máxima das considerações e com quem falo muito bem, e ela contestava quando eu propus que nos regulamentos camarários passasse a existir o Masculino e o Feminino. Sobretudo quando estávamos a falar de profissões, e nunca me vou esquecer que nessa altura estávamos a falar das profissões existentes nos Mercados Municipais, e que estavam umas designadas no Feminino e outras no Masculino. -----

E nessa altura foi recusado apenas isso, não tratar com discriminação as profissões em termos de regulamentos municipais, portanto daí até hoje fomos dando alguns passos, fomos caminhando. -----

**Senhora Deputada Herlanda Amado**, eu gostava muito que as coisas fossem assim, chega-se aqui, apresenta-se uma proposta, impõem-se e já está o trabalho feito. Mas em termos de Igualdade, posso-lhe dizer que é tudo bem mais complicado, e bem mais difícil. Quando falamos de Igualdade, estamos a falar de mentalidades, e eu digo isto, até porque aqui nesta Sala, há grande dificuldade, muitas vezes dos oradores e oradoras de utilizarem o termo Masculino e o Feminino. E li numa ata de reunião de Câmara, que o CDS/PP votou contra que fosse utilizado o Masculino e o Feminino na linguagem municipal, quer dizer ainda estamos a lidar com isto. -----

Caminhar, é criar condições para, e o que nós estivemos a fazer durante os tais 14 meses, foi criar as condições para hoje chegar aqui e fazermos um consenso à volta de um regulamento, para trazer mais pessoas e mais organizações a debater e nos ajudar a dar mais passos, para implementarmos medidas de não discriminação e pela Igualdade. -----

Quando o PCP/PEV apresentou aqui a proposta não havia nada, e eu fiz todo o possível para não ser votado nessa reunião. Não queríamos votar contra, mas tínhamos a consciência que não estavam criadas as condições, para já aprovar algo que não havia condições para implementar. -----

E é preferível, demorar e criar condições para depois aprovarmos algo que tem pernas para andar, do que impormos de cima para baixo e depois essas condições não estarem criadas. Mesmo dentro do Município em termos de Funcionários (as) foi preciso criar algumas condições. -----

Senhora Deputada, ainda não temos o diagnóstico pronto, ainda estamos a trabalhar no diagnóstico porque não temos condições para tê-lo pronto. Há o diagnóstico interno, se a



Senhora Deputada quiser podemos fornecer-lhe o diagnóstico interno das profissões, quantas mulheres, quantos homens, quantas mulheres a exercer cargos de chefia dentro da Câmara, etc., mas falta o diagnóstico externo que é o mais importante para o caso que estamos a falar, e estamos a fazê-lo, por isso é que o lema do Plano Municipal é, Caminhando para a Igualdade, porque não temos todo o trabalho feito. -----

Sobre a questão da composição, vou explicar e penso que vou responder às Senhoras Deputadas que colocaram esta questão. O que é que estamos a propor? Algo que já foi feito em muitos outros Municípios do País, este Regulamento é aprovado e depois a Câmara faz publicar um Edital que vai divulgar nos seus meios de divulgação, junto das instituições e organizações, juntas de freguesia, etc., dando um prazo para quem quiser se inscrever para ser membro do Conselho, desde que reúna as condições previstas. -----

É mais democrático e mais abrangente, do que estarmos já a definir quem é que fica e quem não fica, porque assim estamos a dar oportunidade à Sociedade Civil de se inscrever e participar no Conselho, e não estamos a impor que é sicrano, beltrano e fulano. -----

Foi assim feito nalguns Municípios com sucesso, e esperemos que também tenhamos sucesso no Funchal. E isso compete à Câmara, a fazer a devida publicidade, e a todos nós a incentivarmos as associações que comecem a se inscrever naquele prazo, para ser membro do Conselho. -----

Sobre as questões dos pareceres vinculativos, os mesmos não podem sê-lo, porque um Conselho não pode ser vinculativo, isso seria retirar poderes a quem decide, que somos nós, a Assembleia e todos os outros membros da Vereação. Portanto é um Conselho que aconselha, mas os pareceres não podem, nem devem ser vinculativos. -----

Se duas reuniões é pouco? O que está aqui é obrigatório, mas em Regulamento do Conselho, depois da sua composição, podemos aprovar o número de reuniões que se entender necessárias, aqui está pelo menos duas. Porque eu conheço outras experiências

de outros Conselhos que nem duas vezes reuniam. Por isso o que está aqui são as duas reuniões obrigatórias. -----

Sobre se as Juntas de Freguesia devem de estar? Sinceramente, não tinha pensado nisso mas não me oponho, acho que tem toda a razão quando diz que é fundamental trabalhar com as Juntas de Freguesia. Pois posso-lhe dizer que estamos a discutir o programa para o Dia Municipal para a Igualdade, que será a vinte e quatro de outubro, e que se vai comemorar pela primeira vez, e a primeira coisa que eu disse foi que temos que envolver as Juntas de Freguesia neste programa, porque as Juntas de Freguesia são fundamentais e eu não me oponho de maneira nenhuma, e penso que posso falar em nome do Grupo Municipal MUDANÇA, que as Juntas de Freguesia possam estar aqui representadas, todo o contributo seja para alargar a base social e para levar este debate de Igualdade e Não Discriminação, ao máximo das estruturas do Concelho do Funchal, melhor para todos nós. Sobre a questão da Conselheira ficar ou não ficar, isso é uma questão que os Senhores Deputados decidem, como é logico eu não vou decidir isso”. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV** pediu os seguintes esclarecimentos à Deputada Guida Vieira: “Fiquei apenas curiosa, tendo em conta uma questão que foi levantada pela Senhora Deputada Guida Vieira, dizendo que na altura as condições não estavam criadas e que atualmente já existem essas condições para que o Conselho possa, não só, ser criado, como também poder estar em efetividade de funções, e a pergunta é: que condições foram criadas neste ano, que permitiram que este Conselho pudesse atualmente ser trazido a esta Sessão de Assembleia Municipal? ----- Não estou apenas a falar dos termos de utilizar-se Deputados ou Deputadas, Senhoras ou Senhores, é que outras condições foram criadas nestes 14 meses para que o Conselho nos pudessem apresentar?” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM** esclareceu: “Eu



penso que a Senhora Deputada Herlanda Amado teve oportunidade, e até acho que deve de ter sido a pessoa desta Sala que participou em mais realizações, que nós promovemos durante estes 14 meses para abordar o tema da Igualdade e Não Discriminação. -----

Portanto, nós fomos criando condições de envolver funcionários e funcionárias da Câmara, a Vereação, Senhoras e Senhores Deputados que têm vindo lentamente a participar em algumas realizações. Criando condições para que o tema seja abordado com toda a dignidade, que hoje quando se fala em Igualdade e Não Discriminação não seja um tema visto de maneira jocosa, mas seja visto de maneira séria e responsável. Criar condições também a tratar este tema com toda a dignidade que ele merece. E para isso, é preciso ir abrindo as mentes e criar condições para que as mentalidades estejam preparadas, para encarar que a aprovação deste Conselho hoje é uma tarefa de todos nós de darmos passos mais concretos em função daquilo que se quer. -----

Como as Senhoras Deputadas Raquel e Herlanda aqui colocaram, no sentido de realmente conseguirmos que a Sociedade seja mais igualitária e que a Vereadora Madalena pôs muita ênfase na sua intervenção. É isto que se quer, é dar passos concretos e para isso foi preciso fazermos coisas, comemoramos o Dia da Mulher, discutimos o tema da Violência Doméstica, tivemos Tertúlias com gente ligada à Universidade onde abordamos temas da História, da Saúde, isso foram passos que foram dados. É devagarinho, está bem, não foi tudo, podia ser mais. -----

Com o Conselho, com certeza mais cabeças a pensar vão trazer mais propostas do que as que têm trabalhado até hoje, por isso é que hoje estão criadas condições para avançarmos e fazermos mais coisas". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Abreu Santos Gouveia, do PPD/PSD** disse que gostaria de colocar um esclarecimento, mas não sabia se o colocava à Senhora Vereadora ou a quem está a fazer a sua vez, a Senhora Deputada Guida Vieira. Na

sequência daquilo que a Senhora Deputada Herlanda Amado, e muito bem, colocou em que a Senhora Deputada Guida Vieira disse na sua intervenção, que de facto não foram feitos os diagnósticos a nível exterior, estando apenas feitas algumas considerações dentro da própria Câmara, mas no exterior não. Assim como, também nem sequer pensou na questão das Juntas de Freguesia, estando aberta agora para enquadrar as Juntas de Freguesia neste Conselho Municipal. -----

Disse também, que os pareceres não têm que ser vinculativos, no entanto a nível legal há muitos pareceres técnicos que são e que têm que ser vinculativos. -----

Neste sentido, questionou para que é que querem criar este Conselho Municipal para a Igualdade, e qual é a sua utilidade, se nem sequer sabem para que é que ele vai servir porque nem ainda o estudaram, e nem sequer têm ainda os diagnósticos feitos a nível exterior? -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM** esclareceu: “ Eu estou a intervir na qualidade de Deputada Municipal membro do Grupo Municipal Mudança, estou utilizando o tempo do Grupo Municipal Mudança, e o Senhor Deputado não pode por em causa a minha intervenção neste plenário. -----

Não estava a fazer o papel da Senhora Vereadora, ela não precisa disso porque é tão competente que não precisa que ninguém faça o papel dela, muito menos nesta área que eu considero que ela domina perfeitamente. Por isso eu estou a fazer o meu papel enquanto Deputada do Grupo Municipal Mudança, utilizando o tempo que nos compete, e o Senhor Deputado foi indelicado ao colocar essa questão. -----

Eu disse que estávamos a fazer o diagnóstico externo, não disse que não estávamos a ligar, disse que ainda não está pronto mas que estamos a trabalhar, foi isso que eu disse e que reafirmo. -----

Sobre as Juntas de Freguesia, “nós apanhamos por ter cão e por não ter cão”, se o Grupo



Municipal Mudança não está aberto às propostas da oposição dizem que são sectários, não ouvem o Povo e os outros partidos, se dissermos que podem apresentar propostas, que nós estamos abertos, apanhamos também por isso. -----

Senhor Deputado, este é um Conselho consultivo e sabe melhor que eu que se é consultivo, não pode ter pareceres vinculativos. E não conhecemos nenhum que tenha as Juntas de Freguesia, mas achamos que não há problema”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Abreu Santos Gouveia, do PPD/PSD**

pediu defesa da honra e disse: “Senhora Deputada eu não fui indelicado, eu apenas questionei que quando a Senhora Deputada começou a sua intervenção depois das Senhoras Deputadas Herlanda e Raquel se terem dirigido ao plenário, na sequência da intervenção feita da Senhora Vereadora com o pelouro para a área da Ação Social, as Senhoras Deputadas fizeram uma intervenção e nessa qualidade a Senhora Deputada dirigiu-se à tribuna e disse: “eu vou responder às questões levantadas pelas Senhoras Deputadas”. Foi pelo facto de ter dito que ia responder às questões depois da intervenção da Senhora Vereadora, é que eu estou a perguntar se a Senhora está ou não a fazer a vez da Senhora Vereadora? -----

Eu não disse, nem quis de maneira nenhuma Senhora Deputada, coartar a sua liberdade de expressão, nem sequer pôr em causa a sua intervenção durante o tempo que o seu Grupo tem. A única coisa que eu questionei foi se a Senhora Deputada estava ou não a fazer a vez da Senhora Vereadora. Portanto não é uma questão de indelicadeza, foi só apenas uma pergunta que eu fiz. -----

Relativamente ao Conselho não poder emitir pareceres vinculativos, a proposta é da Câmara Municipal no sentido de se criar um Conselho Consultivo, está também na disponibilidade da Câmara se quiser criar um Conselho e dar-lhe o valor que lhe quiser dar aos pareceres. Também caberá aqui aos Deputados, exprimirem as suas opiniões sobre

se esses pareceres deveriam ou não assumir outra função, de ser meramente um parecer consultivo, pois caso a Câmara queira, aceita, caso a Câmara não queira, não aceita. ---- Agora a questão que se coloca é: se depois de esses pareceres serem emitidos e se o seu efeito é meramente consultivo, então eu pergunto, para quê a criação deste Conselho? Se depois de serem emitidos os pareceres se a Câmara não quiser dar nenhuma atenção a esses pareceres, então para quê burocratizar ainda mais as questões que são da premência, e de necessidade imediata, de resposta imediata a vários problemas da população? -----

Se vamos estar a pôr em causa um determinado processo que tem de ser primeiro remetido ao Conselho Municipal para a Igualdade, para depois então ser emitido um parecer que a Câmara poderá ou não aceitar, então estamos ou não a burocratizar, a demorar ainda mais as questões que necessitam de serem resolvidas de imediato?”. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM** refutou: "Defender a honra com o termo indelicado é a primeira vez que ouvi na minha vida, pensei que o termo indelicado era simpático. Imagine se eu tivesse que defender a honra, todas as vezes que eu fui ofendida nesta Casa por algumas pessoas, eu não fazia outra coisa senão andar a defender a honra. -----

O Grupo Municipal Mudança existe e dá cobertura às propostas de Vereação, e que eu saiba nunca houve problemas em relação a isso. Naturalmente, eu pertencente a este Grupo e tendo sido escolhida pelos meus colegas para defender este ponto da ordem de trabalhos nesta Sessão, naturalmente senti-me no direito de dizer que ia responder às questões levantadas pelas Senhoras Deputadas, como um direito enquanto Deputada pertencente a este Grupo que iria esclarecer, em vez de estar a fingir que não tinha ouvido e deixar no fim para a Senhora Vereadora. -----

E queria dizer-lhe que já ando aqui há uns anos, como sabe, e já pertenci a alguns



Conselhos durante a minha vida ativa, e nunca nenhum dos Conselhos que participei pôde dar poderes vinculativos. E o Senhor Deputado já agora informe-se junto do Governo Regional, porque participei em muitos Conselhos que foram definidos a nível Regional e não Municipal, e dávamos opinião, elaborávamos grupos de trabalho, alguns pareceres foram aprovados e depois até se transformaram em leis e coisas muito boas para o Povo, mas nós em termos de Conselho não tínhamos poder vinculativo, quem tinha era sempre, neste caso o Governo ou Assembleia Regional. E o mesmo se passa no nosso Município, não vamos trocar papéis, não vamos criar dentro de um poder deliberativo outro Conselho que delibere. -----

E o Senhor que é Jurista sabe isto melhor do que eu, e já agora há Conselhos criados mesmo na área da inclusão, e eu já ouvi a Senhora Secretária estar a anunciar algumas estruturas que estão a ser criadas de carácter consultivo e acho muito bem". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias, do CDS/PP** pediu a seguinte elucidação: "Foi dito pela Senhora Deputada Guida Vieira, de que o CDS/PP votou contra a alteração da nomenclatura dos nomes que já estavam consignados. Votamos contra por uma razão muito simples, porque há situações que achamos que é um absurdo ter que estar a alterar tudo para o masculino e para o feminino. Quem está minimamente atento e quem é da área do ensino, percebe perfeitamente que o léxico antigo quer o atual acordo ortográfico, não prevê certas palavras no feminino. -----

Já que este Conselho é para eliminar as desigualdades e as discriminações, pergunto então por que motivo é que o Artigo 5.º, n.º 1, al. b) só prevê uma figura no masculino e não no feminino? -----

Portanto começa por este regulamento a discriminação do sexo masculino". -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM** elucidou o Deputado Américo Silva: "Sabe que há uma coisa que se chama linguagem inclusiva e esta

não tem que ter obrigatoriamente o a. Há um manual que vem da Europa, que aconselha em termos de Administração Pública e Local, a saber usar a linguagem inclusiva e se chama *representante* não é preciso estar o a, porque o representante aqui, em linguagem inclusiva é incluída. -----

Portanto, há maneira de ter a preocupação de abordar a linguagem inclusiva, sem ser apenas com o a, se tivermos essa preocupação nós todos (as) conseguimos com certeza arranjar a forma de nos expressarmos de maneira a sermos abrangentes porque a sociedade é composta por Homens e Mulheres e ainda bem que assim o é. -----

Por isso mesmo, é que vamos ter a preocupação no trato, quando se fala da sociedade e do que ela engloba, ter a preocupação de usar uma linguagem que englobe os dois sexos, portanto tentamos sempre ter a preocupação da linguagem inclusiva, e esta não é apenas o e a, é a preocupação que temos ao abordar e ao falar das questões e das pessoas”. ---

--- **O Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias, do CDS/PP** retorquiu: “Senhora Deputada Guida Vieira peço desculpa mas não falei na al. c) do Artigo 5.º, n.º 1, eu falei na al. b) do n.º 1 do Artigo 5.º, que fala em Conselheira e não em representante, representante acho que é mais que evidente que pode ser masculino como feminino. Agora Conselheiro (a) porque pode ter mulheres e pode ter homens, não tem que necessariamente só ter mulheres”. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM** refutou: “Senhor Deputado neste momento que eu saiba a Conselheira para a Igualdade é a Guida Vieira, agora se o Senhor achar que para o futuro é melhor mudar eu concordo consigo, porque até posso morrer amanhã e depois até pode ser um homem eleito como Conselheiro”. ---

--- **A Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes** prestou os seguintes esclarecimentos: “A minha colega Guida Vieira respondeu a muitas das questões que já foram aqui colocadas, precisamente porque aconteceu o que eu disse no início, que



quem esteve na génese e nos ajudou a construir o regulamento foi a Senhora Deputada Guida Vieira. -----

Respondendo a algumas questões que foram colocadas e que eu possa fazer uma súmula daquilo que já foi justificado, relativamente às questões que as Senhoras Deputadas Herlanda Amado e Raquel Silva colocaram em relação ao Artigo 5.º, al. d), eu acho que a Senhora Deputada Raquel, cuja intervenção no início eu concordo inteiramente, colocou bem a nossa preocupação em colocar e em envolver todos os Departamentos da Câmara neste Conselho. -----

Nós colocamos no Artigo 5.º, al. d), *representante*, no singular porque julgamos que se elegêssemos um representante de entre os Departamentos seria mais fácil e teríamos alguma garantia de que estas questões de género, passassem de uma forma vertical para todos os trabalhadores e todos os elementos da Câmara. -----

Colocamos *representante* para que estas questões de Igualdade de Género fossem também horizontalmente e verticalmente preocupações da Câmara. -----

Aliás, no ano passado tivemos ações de formação que envolveram os trabalhadores e as trabalhadoras da Câmara, assim como abrimos o convite a várias entidades e organizações que trabalham estas questões de Género e também do Governo Regional. Foi um convite aberto e foi uma formação muito produtiva, feita pela SIG, portanto é intencional colocarmos os trabalhadores e as trabalhadoras da Câmara na inserção deste pensamento reflexivo para todos nós. -----

Relativamente à al. e), as justificações que a Senhora Deputada Guida Vieira deu foram precisamente estas, nós não quisemos coartar na forma deste regulamento já o formato. Neste momento há algumas associações abertas e entidades que trabalham estas questões, e daqui a uns tempos haverá outras, nós queremos que consoante a mobilização que conseguirmos, fazer que as pessoas, entidades e associações que venham trabalhar

conosco sejam várias, sejam plurais e sejam diversas. Porque a sociedade é isso mesmo e por isso é que deixamos propositadamente este artigo desta forma, não definindo já qual seria a composição final. Portanto, quem quiser associar-se a nós poderá fazê-lo desde que trabalhe estas questões. -----

Quando a Senhora Deputada Raquel Silva fala nas questões de diagnóstico, o que a Senhora Deputada Guida Vieira disse, corresponde exatamente à realidade. Nós não temos o diagnóstico social completo, está a ser feito e portanto temos alguns dados e indicadores que possuímos, estudamos e consultamos mas neste momento ainda não está concluído. Por isso, quando diz que estamos a construir este regulamento sem ter base nenhuma, temos alguma base, agora é um pouco empírica, isso aí concordo consigo porque o diagnóstico efetivamente não está feito, está a ser feito. -----

Mas com isso, não queremos adiar a construção deste Conselho por causa da receção desses dados, por isso é que este Regulamento e Conselho está feito de uma forma ampla, para podermos depois equacionar de que forma queremos trabalhar e como queremos trabalhar. -----

Em relação ao trabalho com outras entidades, mesmo na construção deste projeto Municipal do plano de Igualdade de Género, temos estado sempre em contato com diferentes entidades regionais e nacionais que trabalham estas temáticas. -----

Temos feito isto com algum cuidado e quando a Senhora Deputada Herlanda Amado, diz que demoramos muito tempo, se calhar demoramos, mas também queremos fazer um trabalho minimamente sustentado e foi por isso que estivemos a articular as questões. ---

Seremos alvo de crítica com certeza, basta estarmos aqui para não podermos *agradar a gregos e a troianos*. -----

Em relação à questão se conhecemos o programa do Governo para esta área, conhecemos. Assim como, conhecemos da Europa para esta área, são estas as



preocupações que estão por detrás dos nossos trabalhos e por isso conhecemos, sim. ---  
Relativamente à proposta da al. b) do Artigo 5.º, neste momento fizemos na lógica por ser uma Conselheira, falhando a linguagem, mas poderá ficar o Conselheiro (a). Até porque estas questões de Igualdade de Género transcendem muito mais as questões do sexo, portanto são muito mais amplas. -----

Para nós não faz sentido retirar o Conselheiro (a) para a Igualdade, porque esta figura é quem tem estado constantemente presente em todo o trabalho para esta área. Por isso, retirar esta pessoa do Conselho Municipal para a Igualdade, para nós não faz sentido. ---

Agora faz sentido a proposta concreta, pelo menos para mim fez sentido, de juntar a al. c) e f), pois parece-me que fica mais coerente e mais simples, não me fazendo diferença nenhuma juntar as alíneas e) e f), como a Senhora Deputada Raquel Silva propôs. -----

A questão das Juntas de Freguesia foi também equacionada dentro do Departamento de Educação, antes de trabalharmos com a Senhora Conselheira Guida Vieira, e depois acabamos por achar que se calhar as Juntas de Freguesia estavam incluídas, por isso é que foram retiradas, porque elas inicialmente acabavam por estar na discussão que fizemos do grupo de trabalho, e depois foram retiradas porque se achou que na al. c) do Artigo 5.º os Presidentes das Juntas de Freguesia estariam cá como Deputados (as) Municipais. Mas podemos tornar mais claro e colocar as Juntas de Freguesia para facilitar e tirar dúvidas.-

Relativamente aos pareceres deliberativos, o Conselho Municipal de Juventude é um órgão consultivo e que está previsto na lei nacional e regional, e os pareceres do Conselho Municipal de Juventude não são pareceres vinculativos e fazendo na mesma lógica, o Conselho Municipal da Igualdade é um órgão consultivo sendo que estas questões são questões que importam a este Executivo Camarário. São questões que têm sido, mesmo as da Juventude, ainda daqui a uns tempos teremos mais reunião para levar os pareceres dos nossos Conselheiros às reuniões de Câmara para que sejam tidas em consideração.

Para nós, no Conselho Municipal para a Igualdade, não faz sentido termos pareceres vinculativos, porque para nós as questões da Igualdade são vinculativas e por isso todas as que nós conseguirmos equacionar nas nossas medidas de governo, faremos. -----

Se eu bem me lembro uma das propostas de alteração, era em questão de linguagem colocar no Artigo 5.º, al. b), Conselheiro ou Conselheira. -----

Depois juntar as linhas e) e f) do Artigo 4.º, conforme proposta da Deputada Raquel Silva. E elaborar um texto onde se inclui-se as Juntas de Freguesia". -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** ao propor à votação o Ponto Três, o Deputado Municipal Domingos Abreu interpelou a Mesa propondo um intervalo de dez minutos, para redigir o Ponto Três com as alterações propostas. -----

Nesse sentido, o Senhor Presidente da Mesa atendeu a esta solicitação suspendendo os trabalhos por dez minutos, para quem pretender alterações ao que está escrito o fazer devidamente, para todos os Deputados poderem votar tendo consciência das alterações que vão ser suscitadas. -----

Depois solicitou que mesmo havendo este precedente, em futuras situações sempre que algum grupo queira apresentar alterações ao que vem da Câmara, que o faça previamente por escrito, para evitar atraso no prosseguimento dos trabalhos. -----

--- Retomados os trabalhos foram distribuídas as **alterações propostas** a todos os membros presentes, e apresentadas pelo Senhor Presidente da Assembleia as quais **foram aprovadas por unanimidade**. -----

De seguida foi colocado o **Ponto três** à votação, **com as alterações anteriormente aprovadas, sendo este aprovado por unanimidade com a seguinte redação:** -----

**“Artigo 4º:** -----

- al. c) – Promover e colaborar com os órgãos da Autarquia na realização de iniciativas e de trabalhos no âmbito da igualdade. -----



- al. f) Desaparece. -----

**Artigo 5º:** -----

- al. b) Conselheiro / a Municipal para a Igualdade. -----

- al. d) Um / a representante de cada Junta de Freguesia". -----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

**1. O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND** declarou: “Este processo que gerou imensos consensos desde o início foi no entanto um processo difícil. -----

Há 14 meses cometeu-se um erro do qual eu participei que foi o da Assembleia retirar uma proposta apresentada por um partido. Eu penitencio-me ainda hoje por isso, na altura fiz tudo para que essa deliberação fosse revogada e se pusesse à votação uma proposta do PCP/PEV. Quero dizer que na altura votei contra a proposta do PCP/PEV, depois de ter sido revogada essa decisão absurda, no pressuposto que foi hoje repetido pela Deputada Guida Vieira, de que o assunto estava a ser estudado e que havia alterações importantes a fazer. -----

Ora, passados esses 14 meses, vemos que a proposta apresentada é quase igual à proposta apresentada pelo PCP/PEV, hoje arrependo-me do meu voto contra da proposta do PCP/PEV na altura. -----

Neste debate, confundiu-se a Igualdade e Identidade de Género com a Igualdade, porque o que está aqui em causa é a Igualdade de Sexo, Raça, Língua, Região, Crenças, Convicções Políticas, Convicções Ideológicas. Mas afunilaram tudo, parece que estão formatos para uma coisa: a diferença sexual. -----

Quanto ao carácter consultivo ou não deste órgão, o que diz o direito administrativo é o seguinte: *os pareceres são vinculativos quando emanam de órgãos com poderes*

*decisórios, e o parecer pode ser um parecer tácito ou um parecer expresso, mas esses pareceres têm sempre de provir com órgãos com poderes decisórios. -----*

O que não é este o caso porque estamos diante de um órgão consultivo sem poderes decisórios, e por isso só pode e deverá emitir pareceres de caráter não vinculativo”. -----

**- Ponto quatro - Proposta de deliberação relativa à Instalação de um Centro de Abate de Veículos em fim de vida, proposta pelo requerente José Adelino Gonçalves, em observância do disposto na al. k) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09, foi apresentado pelo Senhor Vereador Domingos Manuel Martins Rodrigues, a quem foi dada a palavra pelo Senhor Presidente da Câmara: “Cabe a mim apresentar uma proposta de deliberação relativa à instalação de um Centro de Abate de Veículos em fim de vida. Esta proposta baseia-se no Decreto-lei nº 165/2014 que estabelece um regime excecional temporário, pelo período de um ano e que vem permitir o licenciamento de atividades económicas, cuja localização esteja em conformidade com os instrumentos de gestão territorial, e neste caso com o PDM. -----**

Para a instrução do pedido de regularização é necessário uma deliberação fundamentada do interesse municipal, emitida pela Assembleia e sob proposta da Câmara. -----

A Câmara numa reunião efetuada no dia 11.06.2015, e com base numa proposta de deliberação dos serviços, que diz que a fundamentação invocada pelo requerente, quer as informações do Apoio Jurídico, do Departamento de Ambiente e do Departamento de Gestão Urbanística, desde que a proposta não se transforme numa “vulgar sucata”, constituem razões suficientes para que a Câmara delibere, caso o entenda, o reconhecimento do interesse público municipal de tal instalação, e a Câmara votou por unanimidade esta deliberação”. -----

**- INSCRIÇÕES: -----**

**1. O Senhor Deputado Municipal António Domingos Sousa Abreu, do PPD/PSD**



explanou o seguinte: "Este ponto que vamos agora deliberar é muito mais complexo do que aparenta, porque trata-se da deliberação do interesse municipal, que é um conceito essencialmente político e que deve de estar subjacente a questões transversais, e a questões cuja abrangência devem tocar o Município de uma forma substancial. -----

É certo que o legislador atribui a competência dessa deliberação à Assembleia Municipal, mas pede que seja tal declaração de interesse público municipal emitida pela Assembleia, sob proposta da Câmara Municipal, como diz o Artigo 5.º, al. a). -----

Importa também dizer, que esta deliberação da Assembleia Municipal não licencia qualquer atividade, apenas permite ao requerente desencadear o processo junto das entidades competentes para obter a licença de atividade. -----

Mas o que nós temos é mesmo que declarar o interesse municipal, e não me parece pela informação que nos chegou, na forma, qualidade e quantidade seja suficiente para nós procedermos a essa deliberação, ou pelo menos deliberarmos no sentido que também faça jurisprudência ou que tenha uma bitola que poderia servir. -----

E este deveria ser um caso exemplar porque é o primeiro, para definirmos o nível a partir do qual a regularização de situações ilegais, que é disso que se trata, e a funcionar mal como em muitos outros. Aliás, creio que surgirão outros pedidos semelhantes para outras atividades, a legislação em causa é uma legislação que permite desencadear procedimentos de correção e de licenciamento, que à luz da legislação e do enquadramento atual são ilegais, mas não limita o objeto. -----

Ou seja, tanto pode ser para uma operação de gestão de resíduos ou centro de abate de viaturas em fim de vida, como para uma suinicultura, como para uma indústria, como para um restaurante, seja para que atividade for. -----

E o nosso Concelho e a Região Autónoma da Madeira, dispõem de um conjunto de centenas de casos que em termos ambientais e socioeconómicos estão fora da lei. Ou seja,

as entidades e as atividades são praticadas sem qualquer enquadramento, sem qualquer compatibilização com aquilo que é a caracterização e o ordenamento biofísico a montante. E que a seguirmos uma bitola baseada apenas num parecer que aqui está feita apenas pelos serviços da Câmara, e subscrito pelo Executivo e pelos Vereadores, de que é suficiente para a declaração de interesse municipal, parece-me muito pouco. -----

Aliás, nós deveríamos de ter recebido um parecer e uma proposta da Câmara devidamente fundamentada, a dizer que a Câmara considera de interesse municipal. Não é isso que está transcrito na ata que deliberou estarmos aqui hoje a apreciarmos este processo, o que está transcrito na ata pela Vereação que aprovou de uma forma unânime, *é que se a atividade vier a ser desenvolvida dentro de um pavilhão, etc.*, então não vêm problemas, ou seja não dizem que é de interesse municipal, nem propõem que a Assembleia ratifique, ou que aprove ou delibere com base naquilo que diz a lei, deliberação fundamentada do reconhecimento do interesse municipal. -----

Agora, isto levanta uma série de outras questões, se bem que a legislação permita se nós declararmos de interesse municipal, o processo pode começar e pode acabar ou não, mas depois acaba daqui a algum tempo porque a lei não está em vigor há muito tempo. Mas na análise, deveríamos de ter visto por exemplo questões que estão bem tipificadas e bem claras na lei como isto: *fundamentação da opção da não deslocalização do estabelecimento para local adequado no mesmo Concelho ou nos Concelhos vizinhos, em função da estimativa do respetivo custo.* -----

Ora, no processo que nos é dado receber há um pedido de verificação se há ou não espaço e oportunidade de fazer isto num Parque Industrial, que está cheio, mas não se pediu aos outros que ficam alguns deles a menos de 10 km. -----

Outras questões que se levantam: tanto quanto é do nosso conhecimento, e está no dossier, porque é importante também falar um bocadinho da entidade que está a fazer este



pedido, é um empreendedor, é um cidadão, é um munícipe do Funchal que tem a sua atividade ilegal, há sete anos que a sociedade e todos nós compactuamos com isto a vários organismos, quer a Autarquia, quer órgãos do Governo, e outros órgãos com competência de fiscalização compactuaram com esta situação até hoje. Nós sermos quase obrigados a dizer que é do interesse municipal, uma coisa a que toda a gente fechou os olhos até agora. Ou seja, transfere o poder Executivo seja ele a que nível for, para um órgão Deliberativo uma competência de fiscalização e de acompanhamento. E não fora a GNR e o seu serviço não depende de ninguém, não teríamos alguns processos de contraordenação que impedem sobre a atividade e que suspendem, se nós declaramos de interesse municipal. Há aqui uma história muito complicada e com muitas coisas, mas há mais, tanto quanto sabemos e está aqui no dossier que nós recebemos, numa audiência com o Senhor Vereador o requerente apresenta as suas fundamentações e a dado momento é-lhe dito que: *a CMF analisará este caso com vista a ser tomada uma posição conjunta para este e para outros casos que possam existir.* -----

E eu pergunto ao Senhor Vereador se isto foi cumprido? -----

Se estamos em condições de dizer a qualquer outro requerente em situação semelhante ou similar, se a Câmara vai usar a mesma bitola? -----

Tanto porque, e agora sei que já desde fevereiro que o Senhor Vereador tem na sua posse, um outro pedido que também deveria de estar aqui e que é para uma situação semelhante. Ora, a vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze deu entrada e houve uma audiência na CMF de um pedido de parecer sobre obras num pavilhão na zona da Fundoa – São Roque. Eu gostava que estes dois processos, porque trata-se exatamente para o mesmo fim, pudessem ter sido analisados pelos serviços, pela Vereação e tivessem hoje a ser municiados porque há de facto um caso a preterir em detrimento de outro, até porque a legislação está a prescrever. -----

A próxima sessão da Assembleia Municipal é em setembro e este Senhor da Fundoa que meteu um processo em fevereiro, só vai ter resposta, quando muito se a Câmara conseguir deliberar e mandar para cima de nós outra vez um pedido, em setembro já não lhe dá tempo de fazer o licenciamento, porque a legislação tem um período que prescreve. -----

Ou seja, há aqui uma série de questões de direito e outros, e gostaríamos de ter aqui um dossier completo, exaustivo e que nos permitisse fazer uma análise efetiva do interesse municipal, ou contemplando todas as vertentes e todas as características. -----

Lamento que não tenha sido possível dizer ao requerente ao longo de tantos meses, pois ele deve de andar de instituição para instituição, e a partir do momento que se permite e não se cumpre e se quer resolver uma situação tem de resolvê-la, não é transferindo para cima dos outros e muito menos para deputados municipais, porque esses não têm competências executivas apenas deliberativas. -----

Trazendo o caso aqui está resolvido e logo se vê se alguém irá licenciar ou não, mas já agora este é o reflexo por exemplo, do atraso, da incapacidade de analisar os casos com profundidade. -----

Porque, por exemplo, o PDM parado há quase dois anos não ajuda a resolver esta situação. A falta e a recolha de informação e de análise detalhada de todas as variáveis, a criação de condições para que todos os outros pedidos que possam surgir terem o mesmo acolhimento e o mesmo encaminhamento, porque se o processo conseguisse ser licenciável dentro daquilo que a legislação e as capacidades de investimento o permitam, constituir-se-ia uma bitola e um passo para obrigar todos os outros a seguirem o mesmo nível. -----

Não tendo essa capacidade não nos resta, obviamente não vamos inviabilizar a proposta, mas vamos abster-nos porque não queremos ficar vinculados a um processo de decisão



que para nós manifestamente carece de fundamento, carece de informação e carece de trabalho que não foi feito”. -----

**2. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV**

manifestou o seguinte: “Muitas das questões que foram aqui colocadas já tinham sido também levantadas na reunião de líderes, aquando da apresentação deste documento e as preocupações que foram colocadas na altura e agora novamente trazidas aqui pelo Senhor Deputado Domingos Abreu, suscitam-nos maiores dúvidas e preocupações. -----

De salientar, em vários momentos neste documento, é colocado o seguinte: *deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da instalação, emitida pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara.* -----

Ora, não há nenhuma deliberação fundamentada e em consciência se nós analisarmos o que aqui está, não há nenhuma deliberação fundamentada da própria Câmara que depois também nós possamos aqui na Assembleia Municipal tomar essa decisão. Até porque, quando foi trazido este documento para a reunião de líderes, e das explicações que foram dadas, e tendo em conta o documento que aqui é trazido, o próprio PDM está a ser violado e já é há algum tempo que o Senhor está numa situação ilegal. Mas isso não quer dizer, que nós em consciência vamos dizer ao Senhor que agora vamos declarar de interesse público municipal, viabilizando uma atividade que tem estado ilegal e independentemente é verdade que o senhor Vereador coloca *vulgar sucata*, mas o que o documento diz é Centro de Abate e é isso que estamos a ver. -----

Porque se for para analisar isto como sendo uma vulgar sucata, os pareceres que aqui são trazidos por parte dos serviços da Câmara, nem sequer deviam de ser aqui trazidos. Porque a determinada altura também diz: *desde qua a proposta não se transforme numa “vulgar sucata”.* -----

De qualquer das formas tendo em conta muitas das preocupações apresentadas na reunião

de líderes, e agora com a intervenção do Senhor Deputado Domingos Abreu, que deu para nos esclarecer algumas questões, mas levantou também um conjunto de outras dúvidas, acho que a Assembleia Municipal não pode em consciência, tomar uma decisão dizendo que este senhor tem uma atividade de interesse público municipal, quando assim não é”.

**3. O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP**

apontou o seguinte: "Reiterando um pouco aquilo que os meus colegas já sublinharam, acho que pela primeira vez vem à Assembleia Municipal uma situação inédita em que a Câmara remete a responsabilidade política, isto também é um caso político, porque se os Senhores Deputados Municipais se pronunciarem sobre a questão do interesse público municipal, estamos a dar uma orientação e um vetor político à Câmara Municipal no sentido de avançar com o respetivo projeto. Ora, eu como deputado Municipal não me sinto corresponsável nem coautor sobre esta matéria, porque não tenho competências nem técnicas para analisar se efetivamente o proprietário poderá ter um licenciamento para um Centro de Abate de Veículos em Fim de Vida. Além do mais, a Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais relativamente ao PDM, sublinha: *que se encontra a decorrer a revisão do PDM do Funchal poderá V. Exa expor a sua pretensão à autarquia para análise.* -----

Ora, nós sabemos que o PDM está suspenso provisoriamente, e mais uma vez o CDS/PP reitera essa situação, em que é necessário clarificar o que é que pretendem para a Cidade do Funchal, de um instrumento útil e necessário para o bem-estar dos cidadãos e para o bem-estar económico da nossa Cidade. Pois eventualmente isto não descia à Assembleia Municipal, se tivéssemos um PDM que orientasse linhas orientadoras de construção e nós como Deputados Municipais não estaríamos agora a debater esta questão. -----

Agora do ponto de vista do interesse municipal, nós vamo-nos abster porque não queremos ser corresponsáveis dessa atuação política que o Senhor Vereador quer passar para os



Deputados Municipais. -----

O Senhor Vereador de uma vez por todas tem de determinar se é favorável ou não este Centro de Abate de Veículos em Fim de Vida, se concorda ou não e se os Técnicos da Câmara de acordo com os pareceres emitidos também estão de acordo ou não. -----

Não são os Deputados Municipais desta Casa que numa semana vão analisar que é do interesse público do Concelho do Funchal, ter um Centro de Abate de Veículos em Fim de Vida. -----

Acho que se está a transformar um caso técnico num caso político porque se nós vincularmos afirmativamente esta questão do interesse público municipal, eventualmente outros requerentes também o farão. -----

O Senhor Vereador já viu quantos pedidos terá na sua secretária para a Assembleia Municipal se pronunciar sobre o interesse público municipal? -----

Da nossa parte vamo-nos abster porque, se há violação do PDM, os Tribunais estão para acionar todos os mecanismos legais do passado desta Câmara, ou seja a responsabilidade já não é vossa porque já vem de trás, se eventualmente há violação, e o Deputado Domingos Abreu focou que há violação e eventualmente infrações ao PDM e ao conjunto de normas que se dispõe na lei, o que eventualmente poderíamos dizer, numa perspetiva futura, é que somos favoráveis ao investimento privado, só que é necessário existir normas legais, é necessário ter uma interpretação jurídica da lei, é necessário que os Deputados Municipais pudessem ter mais tempo para analisar este dossier. -----

Portanto, da parte do nosso grupo parlamentar nós vamo-nos abster, porque achamos que o assunto, da nossa parte, não foi tratado do ponto de vista técnico e não temos instrumentos necessários que possamos validar este interesse público municipal da instalação do Centro de Abate de Veículos em Fim de Vida”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do**

**PND** manifestou-se sobre a intervenção do Deputado Gonçalo Pimenta dizendo: “Tenho que rebater algumas coisas que V. Exa disse, tal como se vai abster, e eu queria esclarecer que a abstenção neste tipo de votações é tão responsável como a votação a favor. -----

A abstenção neste tipo de votações, tal como a abstenção numa votação de identificação ilegal, é tão responsável como numa votação de aprovação. E por isso eu olho para esta posição do CDS/PP, um pouco como quem olha para um arguido que está a ser julgado, ou deveria de ser julgado pelo crime de omissão de auxílio. -----

Relativamente a esta problemática, eu gostava de dizer que esta lei que está a ser aplicada é uma lei votada pelo Governo de V. Exa, e sabe porquê? -----

Porque o Governo de V. Exa e do PPD/PSD, e o cinturão político nacional permitiram que floresce-se por todo o País construções e edificações ilegais, cujo valor é de tal ordem que o dano de as demolir era superior ao valor que a lei violada procurava preservar. -----

E eu recordo ainda, a propósito das abstenções, de um Deputado do CDS/PP que veio aqui ao Executivo representando uma parte interessada, abster-se na votação da violação do PDM no centro turístico do Funchal, e ainda hoje lá está a cratera, e eu não sei se o CDS/PP quer resolver esse assunto criado com a colaboração desse Deputado do CDS/PP. -----

Portanto meus Senhores, eu não posso, como alguém aqui nesta Sala, virar-me para o Vereador do Urbanismo e dizer-lhe o responsável é V. Exa. -----

Coitado, ele apanhou com esta situação criada há nove ou mais anos. Isto não desculpa o Senhor Vereador, ou os serviços do Senhor Vereador, de não terem instruído como deviam ter instruído corretamente, exemplarmente este processo. -----

E de facto, aqui eu tenho de corroborar a intervenção do Deputado Domingos Abreu, este processo devia de ter sido um processo exemplar, porque este processo será o primeiro de muitos, e terá de ser o primeiro de muitos porque a GNR é muito seletiva, só olha para onde lhe interessa. -----



Vou-me virar agora para a bancada do PPD/PSD, os Senhores conhecem por acaso um famoso centro logístico, criado a nascente do Funchal, numa zona que o PDM classifica como zona de equipamentos sociais, para Bombeiros, Escolas, etc., os senhores sabem todas as construções fabris à volta. Zona do PDM, Equipamento Social, os senhores imaginam o prejuízo em destruição de trabalhos, abate de imóveis, dano económico, que significará encerrar todas essas atividades? -----

Eu não quero mal a ninguém e até nem gosto do grupo económico em causa, mas acho que não é justo que esta gente, que bem ou mal, perante a negligência bondosa da Câmara do Dr. Miguel Albuquerque, investiu centenas de milhões de euros em empreendimentos, nas barbas da Câmara veja agora tudo destruído. -----

Agora há aqui uma coisa que eu tenho que concordar com o Dr. Domingos Abreu, este caso devia ser exemplar porque este caso vai ser o primeiro de muitos e eu até acho que o Departamento de Obras da Câmara devia de criar uma espécie de gabinete especializado, para receberem os requerimentos de sentido idêntico, que vão certamente entrar nesta Câmara, seja qual for o resultado desta votação. -----

E já vos quero dizer que vou votar contra, porque entendo que a Câmara deve confortar a Assembleia, porque o voto não precisa de ser unânime como foi na Câmara em que todos os Vereadores votaram a favor desta proposta, e tome uma posição maioritária, necessariamente, unânime ou não, em que fundamente o interesse público e dê conforto a um Deputado para em liberdade e de consciência tranquila poder exercer o seu direito de voto. -----

E como eu não gosto de me abster e como acho que a abstenção, neste caso, é como disse omissão de auxílio, eu irei votar contra, mas é apenas por este fundamento”. -----

**4. O Senhor Deputado Municipal Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira, do GMM** manifestou o seguinte: "Antes de mais a zona que é, e infelizmente para São Gonçalo, que

é a Freguesia mais bonita do Funchal, modéstia à parte, fica muito mal uma sucata na “minha” Freguesia. -----

Mas posso-vos garantir que a zona que estamos aqui a falar é uma zona que desde sempre, desde todos os diretores regionais que por lá tenham passado, desde a década de setenta, quando se começou o aterro da então Estrada do Aeroporto, que aquela zona foi tratada como sendo o lixo de São Gonçalo e o lixo do Funchal. -----

Porque começou com o aterro, começou para os transitários e a única coisinha que ainda salva aquilo é a Proteção Civil, mas parece até que o edifício está a “andar”. -----

Infelizmente, aquilo foi uma zona feita sem ser ordenada, sem pensar, e depois as pessoas instalaram-se ali. -----

Vota-se unanimemente numa Câmara Municipal com todos os Vereadores, e depois vêm os Grupos Municipais contrariar as opções dos Vereadores, parecendo que os Vereadores não sabem o que é que andam cá a fazer. -----

Quem sabe o que anda a fazer é o Ex-diretor Regional do Ambiente, que esqueceu-se de olhar para aquela zona com a devida atenção, e depois pensa-se o que é que se vai fazer com aquelas pessoas e como é que se vai fechar aquilo. -----

Eu pessoalmente não tenho nada a favor daquilo, agora acho muito mau não defendermos as opções dos nossos Vereadores”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND** dirigiu-se ao Deputado Paulo Bruno Ferreira: “Senhor Deputado como é que V. Exa consegue compatibilizar com duas coisas simples: que pessoalmente não tem nada a favor e que pessoalmente aquilo é de interesse público?” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira, do GMM** respondeu: “Volto a concordar que pessoalmente não tenho nada a favor, mas uma vez



que na reunião de Câmara foi votado, eu acho que a nós Deputados Municipais, ainda mais sustentando o nosso Governo, acho que por uma questão de coerência e de forma. -----  
No fundo, o que aquilo acaba por ser no concreto é que passa a ser de interesse público, e compreendo que possa vir a aparecer mais problemas desse género, mas também se quem está a prevaricar tem um ano para fazer o processo todo para legalizar, para que se consiga dizer que aquela zona não é o desterro de São Gonçalo, eu prefiro que o desterro de São Gonçalo passe a ser uma zona legalizada". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND** refutou dizendo: "Eu compreendo que V. Exa sendo Presidente de uma Junta de Freguesia, quer ver a sua Freguesia a progredir, mas o que eu lhe pergunto é: como Presidente da Junta de Freguesia, não há ninguém mais bem colocado para poder dizer uma coisa dessas, que não consta da deliberação da Câmara que é interesse público e com que fundamentos autorizar aquela atividade, até agora ilegal, no local". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira, do GMM** disse: "Não é autorizar a legalidade do funcionamento da sucata, é o proprietário poder proceder à legalização, porque ele está lá há dez anos sem nada". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP** interveio dizendo: "Senhor Deputado se reparar na proposta de deliberação da Câmara do Arq. Lino Paixão, ele foca que o problema é sempre o Artigo 63.º do Regulamento do PDM. Portanto, o próprio Técnico da Câmara fala numa fase subsequente mas não entra em pormenores técnicos, porque isso somos nós que temos que definir se há interesse público municipal ou não, da tal instalação no local requerido pela pessoa de José Adelino Gonçalves. Mas o Arq. Lino Paixão, da Divisão de Gestão Urbanística do Departamento de Ordenamento do Território, fala que deve cumprir com o Artigo 63.º do PDM, coisa que também o Vereador do PPD/PSD quando estava cá em funções já falava deste artigo. ---

O grande problema, que mais uma vez se coloca nesta Cidade, é saber qual vai ser o futuro PDM da Cidade do Funchal. E de uma vez por todas, tecnicamente, politicamente todos nós saberemos o que é que temos e o que é que não temos, e a partir daí não há zonas cinzentas, nubladas nem trovoadas nem menos trovoadas. A partir desse dia, de certeza absoluta que o Funchal vai ter céu pouco nublado e com sol para todos os investidores que assim queiram investir na Cidade do Funchal. -----

O problema Senhor Presidente da Junta, é o Artigo 63.º do PDM ,como o Senhor sabe e se ler o relatório técnico da Câmara fala precisamente nisto que é: *apresentar Projeto de Arquitetura e respetivos Projetos de especialidade, adequados à intervenção e atividade propostos, utilizando os condicionamentos definidos para os edifícios industriais, no artigo 63.º do regulamento do PDM.* -----

Ora, vai esbater o mesmo que no passado porque se o Artigo 63.º na altura determinava que ele não podia construir um Centro de Abatimento de Veículos em Fim de Vida, e se a Câmara e o Ambiente nunca deram o despacho positivo, não vai ser agora que esta Câmara vai dizer que cumpre o Artigo 63.º do PDM e vamos dar andamento à obra. -----

Neste caso concreto temos dois problemas que é: -----

1º - Interesse público municipal, já foi focada a questão de saber quais são os critérios, que o Senhor Vereador nunca enunciou, que fundamentam o interesse público municipal. -----

2º - A questão dos projetos de especialidade que vai esbater com o Artigo 63.º do regulamento do atual PDM da CMF. -----

Senhor Deputado Paulo Bruno tenho que lhe dizer que a lei é nacional, mas sabe também que a Associação Nacional de Municípios Portugueses, do qual o Presidente da Associação de Municípios da RAM é o Senhor Presidente da Câmara Municipal do Funchal, deve de ter sido consultado sobre esta matéria e sobre esta lei, porque diz o Decreto-lei *que foram*



*consultados os órgãos de governo próprio, das regiões autónomas e da própria Associação de Municípios Portugueses". -----*

--- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira, do GMM** retorquiu: "Para concluir isto de uma vez e para tentar que percebam aquilo que estou a tentar explicar, o interesse público que ali existe, é não ser o desterro de São Gonçalo, é estar legalizado e se perceber porque é que existe aquela atividade em São Gonçalo, --- Porque naquela zona existe uma moradia, que é uma casa de função que era do Senhor que executava essa função no Paiol que está desativado há vários. Já morreu e ficou a família porque não têm lugar para viver. -----

E foi ali instalado coisas, que verdade seja dita, não abonam para a Freguesia, mas já que lá estão que se veja se existe algum fundamento para legalizar. Porque o interesse público acaba por ser deixar de haver ilegalidade no Funchal, porque as pessoas dizem que as construções das zonas altas estão mal feitas e temos que legalizar, e em São Gonçalo não se precisa de legalizar nada!" -----

--- **O Senhor Vereador Domingos Manuel Martins Rodrigues** esclareceu: "**O Senhor Deputado Gonçalo Pimenta** sabe que o Vereador não manda para cima de si nada, quem mandou para cima do Vereador foi o seu Governo, um Decreto-lei. E nós estamos aqui para cumprir a lei, portanto isto é uma exceção que é aberta por um Decreto-lei e nós estamos tão-somente a cumprir aquilo que diz essa lei. -----

Em relação ao **Deputado Domingos Abreu**, estou obviamente de acordo com a primeira parte do que disse, foi claramente uma avaliação técnica mas não estou de acordo com a segunda parte. -----

De qualquer das maneiras como está aí escrito, nós garantimos que todos os projetos que apareçam, e eles só podem aparecer, eu esclareço que todos os pedidos só podem aparecer durante um ano, e nós teremos os mesmos critérios partindo do princípio que

apesar do que disse, o segundo caso que nós temos em mãos, não tem nada a ver com o primeiro e as avaliações muitas vezes são diferentes e diferenciadas no sentido dos problemas que põe. Portanto, ela será feita brevemente e poderemos depois dizer qual a nossa posição. -----

Só para ficar claro, todo este procedimento foi com base num Decreto-lei que abriu uma exceção que este nosso requerente / cidadão nos pediu para nos pronunciarmos, e nós pronunciamos e votamos favoravelmente, com base naquilo que foi o parecer dos serviços. -----

É preciso ter em atenção que não estamos a licenciar e a legalizar uma sucata, estamos somente a dar essa possibilidade, posteriormente, o requerente terá que apresentar um projeto que pode ser licenciado ou não. -----

Nós estamos a discutir uma coisa que é claramente política, se é ou não do interesse municipal, e nós pronunciamos-nos que era do interesse municipal com base: *quer na fundamentação do requerente, quer as informações do Apoio Jurídico de 06-02-2015, quer do Departamento de Ambiente de 12-05-2015 e da DGU (LP-032-2015) - desde que a proposta não se transforme numa “vulgar sucata” – constituem razões suficientes para que a Câmara delibere, caso o entenda, o reconhecimento do interesse público municipal de tal instalação...* -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV** pediu o seguinte esclarecimento: “Gostava que o Senhor Vereador me pudesse esclarecer onde é que está exatamente neste processo o interesse municipal, porque naquilo que foi entregue e dos vários documentos diz tão-somente que: *...desde que a proposta não se transforme numa “vulgar sucata”* ... em momento algum isto pode ser entendido como interesse municipal. -----

O interesse do Município ter aquela atividade ali instalada, apesar de todas as ilegalidades



já reconhecidas, quer do passado e que ainda persistem, e diz: *...que existem razões suficientes para que a Câmara delibere caso o entenda o reconhecimento do interesse público municipal de tal instalação...* mas, qual o interesse público municipal? Em nenhum momento dos documentos que foram distribuídos, se consegue verificar qual é o interesse público municipal. -----

Uma última questão para não ficar qualquer dúvida, o nosso sentido de voto será contra, independentemente daquilo que tenha sido o sentido de voto na Vereação, isto porque eu percebo algumas das questões que foram aqui colocadas, mas em consciência nós não poderíamos de forma alguma votar favoravelmente este documento, quando nem sequer da parte do Executivo nos trazem um documento que possamos votar em consciência e favoravelmente”. -----

--- **O Senhor Vereador Domingos Manuel Martins Rodrigues** esclareceu: “O que eu li Senhora Deputada Herlanda foi a proposta de deliberação que foi votada na Câmara, se não tem esse documento em sua posse foi por algum lapso, eventualmente a Senhora Deputada terá só a deliberação”. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV** contestou: “Eu tenho o documento, mas vir um documento simplesmente de que desde que o Centro de Abate não se transforme numa “vulgar sucata”, para mim não pode ser declarado de interesse público municipal simplesmente dizer-se isso, independentemente do sentido de voto que tenha sido tomado na Vereação. E nós assumimos as consequências da votação quer da Vereação, quer na Assembleia Municipal. -----

Agora, não podemos em consciência dizer que é de interesse público municipal desde que não se transforme numa “vulgar sucata”, é isto que é declarar o interesse público municipal?” -----

--- **O Senhor Vereador Domingos Manuel Martins Rodrigues** voltou a esclarecer: “Eu

compreendo que ponha a questão assim, mas não foi assim. -----

Há uma fundamentação feita pelo requerente, essa fundamentação foi analisada onde diz que será a única empresa do género e uma série de considerações de carácter económico, etc., essa fundamentação foi analisada pelos serviços que a analisaram e pronunciaram-se, portanto não é o que a Senhora Deputada quer, infelizmente, fazer entender”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, GMM** começou por dizer: “Há aqui uma primeira análise que tem de ser feita, todo este processo como disse o Senhor Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD, Domingos Abreu, já existe há muitos anos e nunca tinha sido dado qualquer passo nesta matéria. -----

O que me apercebi, e que tem sido um pouco escamoteado, é que este processo, e o Senhor Vereador que esclareça, é que o primeiro passo é a legalização e depois terá que ser apresentado outros projetos de especialidade para o licenciamento. -----

Logicamente eu confio, e ao contrário de outras pessoas, nos Vereadores que foram eleitos e confio também nos Técnicos dos três Departamentos desta Casa que foram referenciados. -----

E há outra questão social, que muitas vezes nós fazemos referência em alguns discursos de ocasião, que são os postos de trabalho. Porque temos de ser sensíveis também, que se este projeto der todos os passos que são de exigência ambiental e de defesa do meio ambiente, e todos os outros projetos que se poderá defender a manutenção destes postos de trabalho e a economia local. -----

Queria perguntar se nós temos conhecimento ou não, se no local já existiam várias estruturas que se dedicavam à atividade de estaleiro e outras atividades industriais, inclusivamente a sede da Proteção Civil foi contruída em cima de um aterro. -----

Portanto, as preocupações ambientais ainda bem que aparecem, mas o local foi sempre esquecido para que se defendesse o meio ambiente. E gostaria de perguntar se estas

*Paula Babar*

estruturas que não têm licenciamento defendem desta forma o meio ambiente, ou então ao revés, se licenciadas, cumprindo todas as regras não defendem o meio ambiente?" -----

--- **O Senhor Vereador Domingos Manuel Martins Rodrigues** clarificou: “Obviamente que entre ter aquilo que é uma série de instalações que são claramente ilegais e sem controlo, é preferível ter instalações que possam ser, pelo menos dada a hipótese de serem viabilizadas e de funcionar dentro daquilo que são as regras. -----

Na realidade, podemos dizer que é uma “sucata”, mas é uma empresa que se vai dedicar, se apresentar o projeto e se tudo for de acordo, ao abate e à reciclagem do material de viaturas, parte do material será vendido, outra utilizado e outra será enviado, e estou a dizer aquilo que nos foi apresentado”. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM** fez uma interpelação à Mesa para questionar se não era possível retirar esta proposta, para a mesma voltar à Câmara para ser bem reanalisada, bem argumentada, bem fundamentada e voltar depois à próxima Sessão da Assembleia Municipal? -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** respondeu que é possível, mas sendo a Câmara o proponente, é necessário que a mesma decida nesse sentido. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal António Domingos Sousa Abreu, do PPD/PSD** pediu uma interpelação à Mesa para complementar o que a Deputada Guida Vieira propôs dizendo: “Uma vez que o debate revelou que efetivamente o processo podia estar melhor instruído, e a razão da nossa intenção de abstenção tem a ver precisamente com algo que pode acontecer, que é o requerente tem o direito de ser bem aconselhado e bem encaminhado e não andar sete meses para cá e para lá, e depois uma deliberação da Assembleia que é um não, pode impedir, porque o CPA não lhe dá esse direito de voltar a fazer o pedido, e estamos a inviabilizar um pedido que poderia ser melhor acomodado, de bem tratado. -----

Por exemplo, uma das questões que falta no processo é se foi a Câmara ao local? -----

Tem a capacidade de nos dizer da competência, da forma de gestão? -----

Do ponto de vista das boas práticas, como é que é feita a gestão de resíduos? -----

Se produz resíduos, se a Câmara vai lá recolher? -----

Porque apesar de estar ilegal, pode estar a ser bem feito. -----

Falta aqui informação que os serviços tutelados pelo Senhor Vereador podiam introduzir ao processo, e não apenas incluir a lei e mandar para cá. -----

Portanto, esse processo se fosse bem encaminhado e bem tratado, teria informação que permitiria ao próprio requerente conseguir o seu objetivo, porque está a aguardar há meses, como o da Fundoa que tem um pedido desde fevereiro, para Operação de Gestão de Resíduos, e não recebeu ainda orientação da Câmara”. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** solicitou à Vereação para decidir se continua com a proposta, ou se é retirada para decidir da sua votação, ou adiamento da votação para outra sessão. -----

--- **O Senhor Vereador Domingos Manuel Martins Rodrigues** disse que desejam manter à votação. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** colocou o **Ponto quatro à votação**, tendo o mesmo sido **não aprovado com doze votos contra**, sendo **seis do GMM, três do PCP/PEV e três do PND, seis votos a favor do GMM, e vinte e uma abstenções**, sendo **catorze do PPD/PSD, quatro do CDS/PP e três do GMM**. -----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

**1. O Senhor Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do GMM** declarou:

“A Câmara Municipal do Funchal aprovou esta proposta por unanimidade, a Câmara Municipal tem os pareceres técnicos e eu confio na Câmara, além disso conheço o sítio



que não tem aproveitamento para nada. Além disso, não tem impacto visual e ambiental negativo. -----

Parto de um princípio ainda, que este projeto poderá criar alguns postos de trabalho, e que seja usado para os fins a que se propõem até porque faz falta, porque conheço centros de sucata mas de abate não conheço, mas que seja devidamente fiscalizado pela CMF desde que seja aprovado”. -----

**2. A senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do BE** manifestou: “Por consciência desde a reunião de representantes municipais depois de ouvir questões colocadas nessa reunião pelo Deputado Domingos Abreu, fiquei com muitas dúvidas e coloquei as dúvidas a quem de direito. Até hoje, ao fim deste debate fiz tudo para perceber o que é que estava em causa. E em consciência não votei nem votarei que seja declarado um espaço de direito municipal, quando é para dar oportunidade de legalizar uma sucata já existente há anos, e quando existe a mesma situação em outros pontos do nosso Concelho. Ainda fiz indiretamente um apelo à Vereação presente para recuar, para voltar à Câmara com ponderação para que isto fosse melhor analisado e fundamentado, e a verdade é que isso foi recusado, lamento muito ter feito assim, mas também lamento muito que a Vereação não tivesse sido sensível àquilo que os Deputados colocaram”. -----

**3. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV** proclamou: “Em relação àquilo que foi o nosso sentido de voto, reafirmo o que coloquei ainda há pouco. -----

Independentemente àquilo que tenha sido a votação do nosso Vereador na reunião do Executivo, nada nos obriga a que aqui na Assembleia Municipal, a votação seja idêntica, porque se não passaríamos de um rebanho em que simplesmente vai dizendo que sim a tudo, e todos nós temos cabeça como aqui ficou provado e sabemos pensar pelas nossas cabeças. -----

Quando as dúvidas são colocadas, e tendo em conta a importância que este órgão deliberativo tem, são para serem esclarecidas e não foi o que aconteceu, aumentaram foi as dúvidas como aqui ficou expresso pela votação em relação a este documento. -----

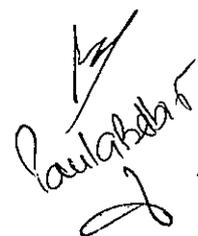
Já agora, eu quero que fique também expresso em ata que dou os parabéns há Senhora Deputada Guida Vieira, pela proposta da retirada do documento porque nós não temos qualquer tipo de pudor ou preconceito, em dar os parabéns quando alguma coisa assim é bem feito, e que não houve essa abertura por parte do Executivo em não retirar a proposta, e no lugar certo voltar a discuti-la e então voltar a trazer aqui uma coisa que em consciência todos nós poderíamos votar para o interesse do Município”. -----

#### **4. O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP**

comunicou: “A fundamentação do sentido de voto do CDS/PP, e de facto lamentamos que o Executivo da Câmara não tenha aprovado a proposta da Senhora Deputada Guida Vieira, porque entende ser necessário que a Câmara Municipal tenha um estudo de impacto ambiental, neste caso concreto para os Deputados Municipais. -----

Foi já falado por todos os Grupos Municipais que não havia esse estudo, se os técnicos teriam ou não se deslocado ao local, se teriam a documentação necessária para a avaliação e o Senhor Vereador pura e simplesmente ignorou todas as sugestões vindas dos vários Grupos Municipais, e mais uma vez pensou pela sua cabeça e a sua sentença. Por isso mesmo, Senhor Vereador vamos ver quem é que vai transmitir ao requerente desta proposta o que sucedeu aqui no dia de hoje, que é lamentável a atitude que a Câmara teve, porque poderiam ter aceiteado a proposta da Deputada Guida Vieira, pois aceitando a proposta da Deputada Guida Vieira, de uma vez por todas teríamos uma melhor resolução para esta situação. -----

Por isso entendemos ser necessário que o diálogo, a concertação e a viabilização de futuros projetos desta natureza, não poderão ser encarados com quinze dias de



antecedência mas sim, se calhar dialogar com um mês ou dois de antecedência, para que todos nós percebamos que efetivamente os reais problemas do Concelho do Funchal, nomeadamente sucatas que é um interesse público a nível do Concelho do Funchal, e o interesse desta Casa, porque remeter para os Deputados Municipais a responsabilidade de votar o interesse público não se cai nessa. -----

O Senhor Vereador pensaria que aqui os deputados Municipais são marionetas, os Vereadores fazem o seu papel e os Deputados Municipais não são marionetas de ninguém pensam pela sua própria cabeça, e por isso mesmo o Grupo Municipal do CDS/PP absteve-se e muito bem sobre esta matéria”. -----

**5. O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND** expôs: “Em primeiro lugar gostaria de dizer que não cabe a responsabilidade há Deputada Guida Vieira nem ao Vereador do Urbanismo, que uma das atividades economicamente mais interessantes na Madeira seja a da exploração e importação de sucata. Mas, é triste que a verdade é que uma das poucas atividades rentáveis na Madeira para além do Turismo, seja exportar lixo e sucata, foi a isto que chegamos. -----

Quanto a este processo em concreto, o que deveria de ter sido feito era torná-lo numa espécie de processo modelo, porque vão seguir-se-lhe outros e percebeu-se que não era propriamente um projeto modelo. -----

Quero ainda dizer o seguinte, eu noto no parecer dos serviços da Câmara uma posição extremamente burocrática, é preciso dar aos funcionários da Câmara a liberdade, a autoridade, o ânimo e também a força e a competência para puderem fundamentar a utilidade pública em processos como este. Porque estes processos têm de ser instruídos a partir de baixo, e não me parece que uma Câmara possa votar a favor da utilidade pública sobre uma coisa, acerca da qual os funcionários não tiveram a coragem de dizer ter utilidade pública municipal”. -----

**6. O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, GMM** transmitiu:

“Também eu votei de forma consciente e livremente. Este seria sem dúvida alguma o primeiro passo para a legalização desta estrutura, conforme a lei vigente. -----

Durante anos as Vereações anteriores tiveram a política do “deixa andar”, e logicamente que acredito nos Técnicos da Câmara Municipal do Funchal. -----

Esta inviabilização do primeiro passo para a legalização, colocará no desemprego alguns trabalhadores desta estrutura. -----

Esta proposta foi aprovada por unanimidade na reunião de Vereação, pelo atual líder do CDS/PP, por três Vereadores do PPD/PSD e por um Vereador da CDU. -----

Este processo não era para legalizar uma sucata, era para transformá-la numa sucata num Centro de Abate de Veículos em Fim de Vida. -----

Em defesa do meio ambiente e da legalidade, votei conscientemente a favor desta proposta aprovada na reunião de Vereação”. -----

**7. O Senhor Deputado Municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes, do GMM**

declarou: “É lamentável tudo isto que aconteceu aqui, eu tenho conhecimento dessa sucata há muitos anos, e ela realmente está nessa situação ilegal. -----

Já foi pedido para falarmos dessa situação no tempo do Miguel Albuquerque e ela ficou em “águas de bacalhau”. -----

O que eu vos quero dizer, é que depois de tudo o que se falou aqui, até o Domingos Abreu falou, e bem, de uma situação ilegal e tendo um instrumento que o nosso Vereador Domingos referiu, que não era para legalizar a sucata, mas sim para legalizar um instrumento que ia ser analisado, uma proposta que ia ser reposta na Câmara para que se ultrapassasse essa questão de ilegalidade. -----

Pelos vistos, toda a gente quer que isto continue tudo ilegal, e o meu colega Bruno, que também já conversamos previamente sobre o assunto, também está de acordo que para

se ultrapassar uma situação de sucata ilegal, tínhamos que dar oportunidade ao empresário para que ele apresentasse aqui um projeto, e era isso que estava em discussão, por isso saímos daqui hoje a brigar uns com os outros sem necessidade". -----

**8. O Senhor Deputado Municipal Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira, do GMM** manifestou: "Antes de mais quero reiterar aquilo que o meu colega acabou de dizer, e além do mais quando eu sei que na minha freguesia, nas zonas altas é preciso 1.500m de terra para fazer uma moradia, e tenho uma zona de desterro ilegal porque os Deputados Municipais assim o querem". -----

**9. O Senhor Deputado Municipal João Valdemar Berenguer, do GMM** esclareceu: "Os Deputados Municipais do PTP integrados no Grupo Mudança não votaram favoravelmente. Ainda foi pedido ao Senhor Vereador para retirar a proposta, e não percebemos o porquê de não ter sido retirada. -----

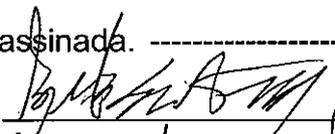
Não percebemos qual a utilidade pública neste processo, o processo dando entrada na Câmara em fevereiro, acho que mais atempadamente deveria de ter sido discutido, portanto não iríamos votar favoravelmente uma coisa que não conseguimos perceber o porquê da utilidade pública". -----

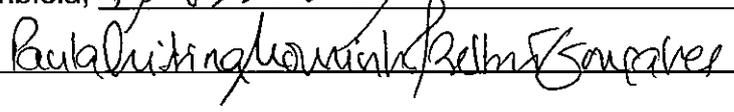
**ENCERRAMENTO:** -----

--- Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos. -----

--- Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo dezassete horas e quinze minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu-a por encerrada. -----

--- E de tudo para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida, achada conforme e subscrita vai ser devidamente assinada. -----

--- O Presidente da Assembleia,  -----

--- A Primeira Secretária,  -----

